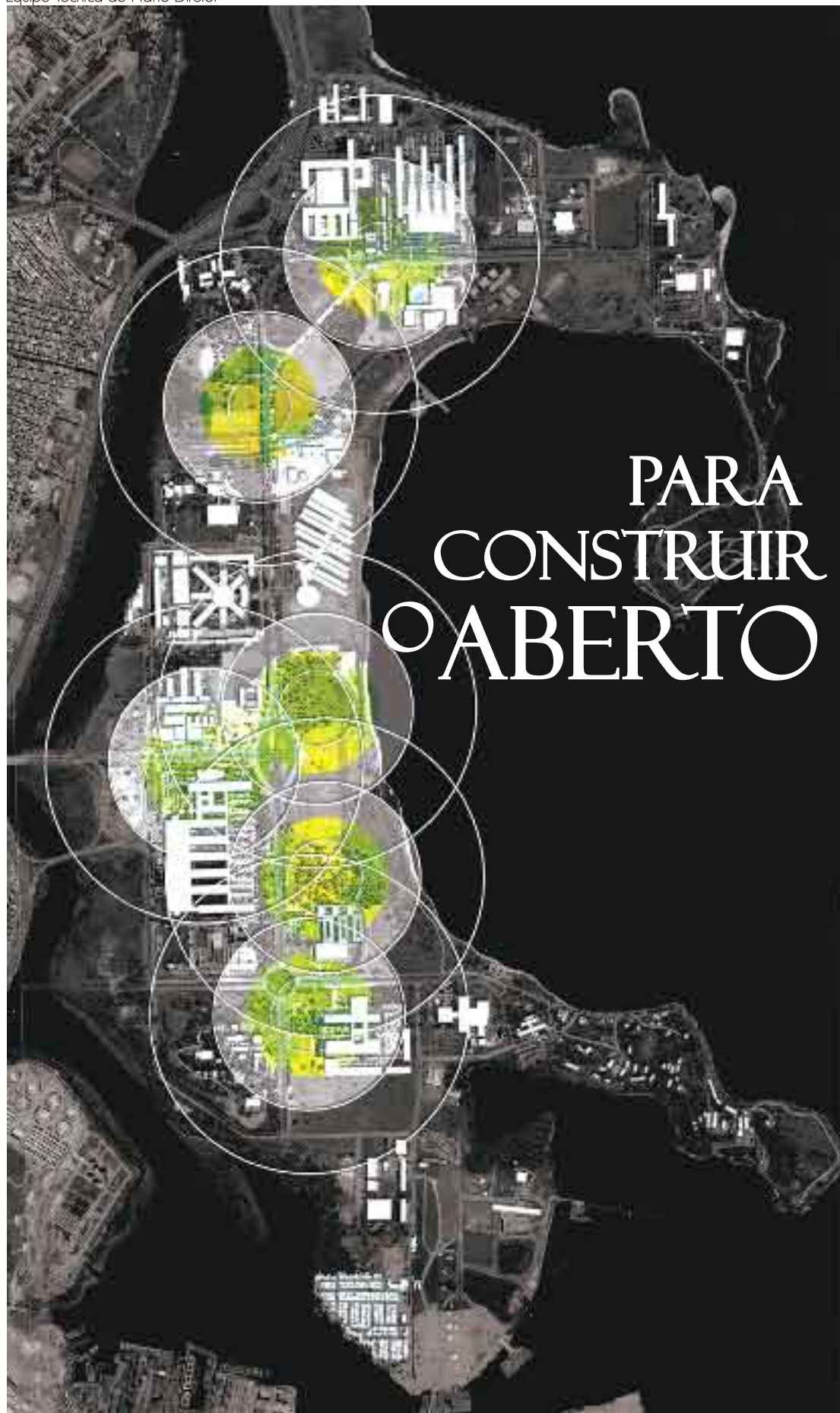




Equipe Técnica do Plano Diretor

Marco Fernandes



PARA CONSTRUIR O ABERTO

11 a 18

Num lógico desenho democrático, a UFRJ começa 2009 construindo seu futuro, tijolo por tijolo. A construção de uma universidade integrada se faz através da toada harmoniosa entre todos os interessados no desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão do conhecimento acadêmico e seu diálogo com a cidade e o estado do Rio de Janeiro. Dedicamos oito páginas desta edição às discussões das propostas preliminares do Plano Diretor UFRJ 2020, um grande passo para a instituição.



Entrevista
Moacyr de Góes

Ensinar de pé no chão

Quando trocou a tribuna de acusação pela sala de aula, há mais de 50 anos, Moacyr de Góes iniciou o caminho que faria dele um ícone da educação brasileira. Entre 1961 e 1964, foi secretário de Educação de Natal, no Rio Grande do Norte, cidade onde nasceu. Ocupou o mesmo cargo no Rio de Janeiro, no fim da década de 1980. Foi na capital potiguar que liderou um histórico movimento de alfabetização popular, a campanha "De pé no chão também se aprende a ler", realizada em galpões cobertos por palha de coqueiro e chão de terra batida. Nesta entrevista ao *Jornal da UFRJ*, Moacyr recria a atmosfera envolvente dessa experiência que beneficiou 40 mil alunos e que acabou sepultada pelo golpe militar de 1964.

Marco Fernandes

7 a 10



Persona
Lota de Macedo Soares



Conduzindo um Jaguar conversível, vestida com camisa e calça largas e com um maço de cigarros nas mãos, assim se apresentava Maria Carlota Macedo Soares, mais conhecida como Lota, para a sociedade brasileira dos anos 60. Uma mulher diferente das de sua geração, entrou para a história da cidade do Rio de Janeiro por conta de uma grande paixão: o Aterro do Flamengo. Outra grande paixão foi Elizabeth Bishop, poetisa norte-americana, com quem viveu um romance de 16 anos.

28



Reitor
Aloísio Teixeira

Vice-reitora
Sylvia da Silveira Mello Vargas

Pró-reitoria de Graduação (PR-1)
Belkis Valdman

Pró-reitoria de Pós-graduação
e Pesquisa (PR-2)
Ângela Maria Cohen Uller

Pró-reitoria de Planejamento
e Desenvolvimento (PR-3)
Carlos Antônio Levi da Conceição

Pró-reitoria de Pessoal (PR-4)
Luiz Afonso Henriques Mariz

Pró-reitoria de Extensão (PR-5)
Laura Tavares Ribeiro Soares

Superintendência Geral
de Administração e Finanças
Milton Flores

Chefe de Gabinete
João Eduardo do Nascimento Fonseca

Forum de Ciência e Cultura
Beatriz Resende

Prefeito da Cidade Universitária
Hélio de Mattos Alves

Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI)
Paula Maria Abrantes Cotta de Melo

Coordenadoria de Comunicação (CoordCom)
Fortunato Mauro

Jornal da
UFRJ

JORNAL DA UFRJ É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL
DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

Av. Pedro Calmon, 550, térreo.
Prédio da Reitoria – Gabinete do Reitor

Cidade Universitária
CEP 21941-590
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2598-1621 / 1622
Fax: (21) 2598-1605
jornaldaurj@reitoria.ufrj.br

Supervisão editorial
João Eduardo Fonseca

Jornalista responsável
Fortunato Mauro (Reg. 20732 MTE)

Edição e pauta
Antônio Carlos Moreira e
Fortunato Mauro

Redação
Aline Durães,
Bruno Franco,
Coryntho Baldez,
Luciana Crespo,
Marcio Castilho,
Pedro Barreto e
Rodrigo Ricardo

Projeto gráfico
Anna Carolina Bayer,
Jefferson Nepomuceno e
Rodrigo Ricardo

Diagramação
Anna Carolina Bayer

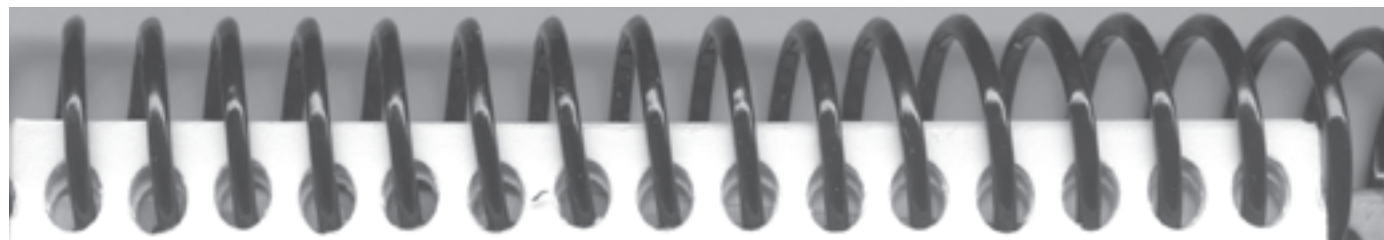
Ilustração
Jefferson Nepomuceno e Zope

Fotos
Equipe Técnica do Plano Diretor e
Marco Fernandes

Revisão
Mônica Machado

Instituições interessadas em receber esta
publicação devem entrar em
contato pelo e-mail
jornaldaurj@reitoria.ufrj.br

Fotolito e impressão
Newstec Gráfica e Editora
25 mil exemplares



Construção e destruição

Agenda **Março**

A Editora UFRJ lança, no dia 18 de março, às 19h, na Livraria da Travessa, no Leblon, o livro *A construção e a destruição do conhecimento*, do professor Ronaldo Lima Lins, diretor da Faculdade de Letras da UFRJ. Elaborado a partir dos episódios em que, na guerra do Iraque, a nação mais avançada do mundo bombardeou bibliotecas, museus e sítios arqueológicos, permitiu saques e depredações, o livro “descortina ganhos extraordinários e perdas lamen-

táveis”. Pois “tudo gira em torno do Saber e suas duas vontades: a de construir e a de destruir”. A partir disto, o autor investiga o saber da dor, a dor do saber e o “saber” sem dor.

A construção e a destruição do conhecimento
Ronaldo Lima Lins
ISBN 978-85-7108-332-5
R\$ 30,00



18 de março, às 19h,
na Livraria da Traves-
sa (Shopping Leblon,
avenida Afrânio de Melo
Franco, 290, loja 205-A).
Editora UFRJ
Tel.: 2541-7946.

Cartas

Sou grato pelo destaque da reportagem do número de janeiro-fevereiro de 2009, referente à minha pessoa no artigo: “Jacques Medina - Delicadeza em mangas de camisa”. Fui tratado com muita generosidade pelo jornalista Bruno Franco e pelo fotógrafo Marco Fernandes. Meu depoimento tomado em casa foi gravado. A transcrição tal como foi publicada tem muitas falhas, por não ter tido a oportunidade de rever o texto. É uma pena!

Acrescento aqui as correções, tendo sublinhado as que julgo mais importantes para afastar a idéia do “samba do crioulo doido ou do branco desvairado”: 1) primeira página da capa: Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia; 2) página 15: mesmo reparo anterior; 3) página 16: 1ª coluna, 16ª linha: em novembro de 1967; 4) página 16: 1ª coluna, 24ª linha: (UFRJ) no ensino de interpretação...; 5) página 16: 2ª coluna, 8ª linha: de solo-cal, que mistura; 6) página 16: 2ª coluna, 26ª linha: no Pará. Foram...; 7) página 16: 2ª coluna: a pergunta do Jornal da UFRJ não deve ter sido entendida (meus sinais de surdez...), pois deveria ter respondido: A experiência profissional foi sempre calcada

no que aprendera nos estudos de mestrado nos Estados Unidos, que concluí em janeiro de 1951, estágios no Service des Ponts et Chaussées da França em 1958, no Senegal e Costa do Marfim (três meses, 1958-59), Universidade da Califórnia, Berkeley, 1962 (dois semestres letivos a título de aperfeiçoamento e Laboratório de Pesquisa do Departamento de Transportes da Califórnia), três meses em 1963. Em todos os estágios como engenheiro recebi bolsas de aperfeiçoamento técnico. Esta minha tendência ao estudo paralelamente ao exercício da profissão facilitou-me a adaptação à COPPE; 8) página 16, 2ª coluna; considerando o que disse, só poderia ter sido em resposta a uma pergunta do jornalista, assim formulada: “Qual o interesse dos alunos-engenheiros nos cursos de pós-graduação na área de mecânica dos solos que o senhor observou nos primeiros anos na COPPE?”; 9) página 16, 4ª coluna, 19ª a 20ª linhas: “Superpave”; 10) idem, 22ª linha: professora Laura Motta; 11) página 17, 4ª coluna, primeira resposta ao final: O ministro Gilberto Gil cantou a capela, Île Gorée, composição dele e de Capinam; 12) página 17, 4ª coluna, segunda resposta, a partir da 4ª linha:

Teve uma técnica de ensaio do equivalente de areia que eu trouxe para o Brasil; 13) página 17, 4ª coluna, última pergunta. Perdoem-me, caros jornalistas, não ouvi direito, pois entendi: “O Brasil já está mais próximo dos países desenvolvidos no que tange à pavimentação?” Para que minha resposta seja correta e não pareça puro “nonsense”, corrijo-a: “Em vários aspectos, sim. Vejo um lapso na parte de utilização de misturas asfálticas. Existe um ramo, etc. É o uso nas ferrovias de misturas asfálticas em vez de lastros de pedra pura; 14) página 18; continuando o item anterior: ...terá vez aqui. Os franceses têm na Bretanha uma pista circular de grande porte para os chamados ensaios acelerados de tráfego simulado sobre pavimentos experimentais. Mas os Estados Unidos ... pesquisas de pavimentos de pistas experimentais. Utilizam simuladores de tráfego móveis. Essa modalidade de equipamento foi testada na Cidade Universitária e tem muito futuro desde que aperfeiçoado o veículo-teste. O equipamento é...; 15) página 18, 3ª coluna, 14ª linha: Willy Lacerda é a pessoa que eu considero a mais expressiva do nosso grupo de Mecânica dos Solos e seu renome é internacional. Outros colegas, também, como por exemplo Maurício Ehrlich que recebeu um prêmio da American Society of Civil Engineers, a Norman Medal; 16) página 18, 3ª coluna, 45ª linha (ATENÇÃO): é uma senhora de 50 anos, e 17) as sete últimas linhas: ...tudo filmado pelo Eduardo Paiva, técnico de laboratório que chegou ao título de doutor. Outro nome que quero destacar é o do engenheiro Álvaro Dellê Vianna. Ele entrou na UFRJ vindo do segundo grau técnico e fez o mestrado na COPPE. É o nosso melhor laboratorista de pavimentos, ensaios dinâmicos de solos e misturas asfálticas. Então, eu tenho um grande carinho por todo esse pessoal.

Amigos do *Jornal da UFRJ*, eu gostaria de receber uma separata das páginas 15 a 18, COM AS CORREÇÕES FEITAS, neste caso – todas, as sublinhadas e as demais. Eu as distribuiria entre os colegas e amigos de trabalho. Agradeço.

Jacques Medina



Inserção educacional ou divisão da sociedade?

Reserva de vagas para estudantes negros nas universidades públicas, em discussão no Congresso Nacional, divide opiniões de especialistas e professores da UFRJ.

Marcio Castilho

A idéia da mestiçagem está descrita em diversas pesquisas como um traço fundamental da identidade brasileira. Ainda na primeira metade do século XX, o tema já ocupava espaço central na sociedade com a publicação do clássico *Casa Grande e Senzala* (1933), do sociólogo Gilberto Freyre. Recentemente, no campo científico, o trabalho de geneticistas aponta cada vez mais para a confirmação da inexistência do conceito de “raça”. A construção de uma identidade em torno da qual a singularidade do povo brasileiro reside justamente em sua diversidade étnica não exclui, contudo, o reconhecimento sobre as profundas desigualdades sociais entre brancos e negros na sociedade brasileira. No campo da educação, o tema sobre cotas raciais está longe de ser consensual.

Movimentos sociais e representantes do meio acadêmico vêm apresentando nos últimos anos um repertório de argumentos, em forma de manifestos, para defender ou contestar a reserva de vagas para estudantes pobres, negros, pardos e índios em uni-

versidades públicas. A polêmica chegou ao Congresso Nacional. Deputados e senadores ainda não chegaram a um acordo sobre o projeto de lei do deputado Paulo Renato Souza (PSDB-SP) que reserva 50% das vagas em universidades e escolas técnicas federais para alunos que cursaram todo o Ensino Médio na rede pública. Dentro desta cota, o texto estabelece subcotas pelo critério socioeconômico e de raça. Assim, 25% das vagas seriam destinadas para estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio; a outra metade seria preenchida por estudantes autodeclarados negros, pardos e índios, na proporção ocupada por essas etnias na população de cada Estado, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma das mais atuantes críticas da política de cotas, Yvonne Maggie, professora do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), condena a proposição de políticas públicas de combate ao racismo com base na antiga idéia de “raça”. Segundo ela, a reserva de vagas não tem



reprodução

como finalidade promover a equidade no ensino superior. Ao contrário, divide a sociedade entre brancos e negros, restringindo o acesso a grupos com direitos específicos. Ela acrescenta que a medida constitui uma negação do princípio universal dos direitos do cidadão.

“O problema é que essa política produz a divisão da sociedade e a necessidade de os cidadãos se definirem por uma identidade de cor. Não estou dizendo que não existe desigualdade no Brasil ou que não é preciso fazer alguma coisa urgentemente para que as desigualdades diminuam, mas a opção que está sendo tomada sem debate, nas franjas do poder, é uma opção que o povo brasileiro não gosta, não quer. Todo mundo se sente misturado. Ninguém acha que a cor da pele deve ser critério de julgamento das pessoas”, afirma a antropóloga, citando o antológico discurso proferido nos anos 1960 pelo ativista negro Martin Luther King, para quem a cor não deve ser critério de julgamento das pessoas, mas o caráter.

Yvonne critica uma parte dos movimentos negros que, ignorando a mestiçagem cultural do país, reivindica direitos diferenciados em manifestos nos quais seus representantes ressaltam a diferença do povo negro em relação ao restante da nação

brasileira. Para a professora, os americanos, ao elegerem Barack Obama, mostraram ao mundo a força da integração entre diferentes etnias. O novo presidente deu inclusive um novo sentido ao termo “vira-lata”.

“Nos Estados Unidos, acabaram de eleger um presidente que se diz vira-lata falando em nome do povo americano e não em nome do povo negro. Vamos ter que, talvez, lutar muito para um dia conseguirmos de novo voltar a ser o que éramos, ou seja, um país vira-lata, que se orgulhava da sua mestiçagem cultural. Esse era o grande valor da cultura brasileira”, assinala Yvonne.

A antropóloga da UFRJ afirma que a aprovação de políticas reservando direitos para grupos específicos pode levar o país em direção a um conflito racial. Ela cita o exemplo de Ruanda, país africano que aprofundou o processo de “racialização” das relações sociais. A criação de uma carteirinha étnica para proteger o que os belgas consideravam uma minoria étni-

ca naquele país provocou, segundo Yvonne, uma divisão da sociedade ainda maior entre tutsis e hutus.

Inserção e mobilidade social

No pólo oposto do debate sobre a política de cotas raciais nas universidades públicas, o diretor de Graduação do Instituto de Economia (IE), Marcelo Paixão, coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Sociais (Laeser), concorda que o Brasil tem mais de 90% da população com diferentes origens étnicas, mas faz uma ressalva: “Raça não existe, mas aparências físicas humanas existem”. Segundo ele, é justamente a aparência física o critério utilizado nos processos de mobilidade social, citando o exemplo da pequena participação de negros na publicidade, na televisão e em espaços importantes no plano econômico ou político.

“Raça é uma palavra que designa aparências físicas desi-

guais e que levam as pessoas a terem inserções desiguais no interior da universidade. Para muita gente, a variável cor é um fator que vai representar uma barreira muito importante. Essas pessoas poderiam ser muito mais bem aproveitadas na sociedade se essas barreiras não existissem. As ações afirmativas podem contribuir para trazer essas pessoas para dentro. Esse debate não é racial ou biológico. Esse debate é social”, afirma Paixão.

O economista afirma ainda que, enquanto a reserva de vagas nas universidades encontra resistência no campo intelectual e político, outras cotas são amplamente aceitas na sociedade, tais como as ações afirmativas para deficientes físicos e idosos nos bancos e a inclusão de mulheres nas chapas partidárias no período das eleições. (Leia nas páginas 22 e 23 matéria sobre o *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008*, elaborado pelo Laeser.)

A representante estudantil da UFRJ, Carolina Barreto, uma das diretoras do DCE Mário Prata na gestão 2008, critica a política de

Formação de professores e política de Extensão: ações afirmativas para educadores

“**R**equalificar” a escola pública, atuando na formação de bons professores, e aproximar a universidade pública da sociedade, em parcerias com comunidades e movimentos sociais. Estas são as grandes ações afirmativas em que a UFRJ deve investir, na avaliação do decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Marcelo Corrêa e Castro. O educador afirma que a política de Extensão da UFRJ teve um avanço expressivo nesta década, ganhando novos recursos e superando o caráter assistencialista.

“**A** universidade teve um salto qualitativo e quantitativo espetacular na Extensão. Ela ganhou um status que não possuía internamente. Era incipiente e pontual. Hoje temos uma atuação muito forte na linha de políticas públicas e direitos humanos não apenas na Maré, mas em várias outras

comunidades. As ciências humanas talvez tenham saído na frente na compreensão da Extensão. Hoje essa política é colocada como uma ação fundamental”, afirma o decano.

O CFCH atua também com cursos de formação inicial e, segundo Marcelo, com formação continuada e gratuita para professores da rede. “É claro que podemos fazer ações que minimizem o problema na sua superfície, mas a grande ação para superação do déficit está no investimento do conhecimento, na difusão e na formação de pessoas”. Contrário ao projeto de reserva de vagas por critério racial em discussão no Congresso Nacional, o decano reconhece a dívida social com os negros na sociedade brasileira, mas critica a forma como esta dívida está sendo combatida.

“**U**ma estratégia usada sistematicamente na história da educação

no Brasil é a de promover falsas inclusões. A bandeira da inclusão social é uma causa fundamental, mas acredito em aproximações reais. O que estamos fazendo perigosamente é separá-los. A gente já os separou na educação básica e agora tende a separá-los na superior”, analisa o educador.

Para o decano, vaga na universidade é pública e, portanto, não pode ser reservada para um determinado segmento. Ele argumenta como exemplo a mudança do processo para ingresso no Colégio de Aplicação (CAp), da UFRJ. No passado, a instituição dava preferência a filhos de servidores na universidade. “Durante décadas funcionou assim e, depois, essa preferência passou a reservar metade das vagas disputadas para filhos de servidores e a outra metade para o público em geral. Na década de 90, quando a escola

pública perdeu qualidade e a classe média apertou o cinto e teve que voltar a buscar soluções em escolas boas, o que aconteceu? O CAp foi arguido quanto à constitucionalidade dessa medida e imediatamente a preferência foi derrubada. Isso nos coloca uma questão: a qualquer momento, alguém pode entrar na Justiça e dizer que a lei de cotas é inconstitucional”, sustenta Marcelo.

Sobre ações afirmativas voltadas para a formação de professores, Yvonne Maggie, do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS, afirma existir ainda um longo caminho para que a universidade pública possa cumprir este papel. Segundo ela, o modelo adotado privilegiou a pesquisa. “Hoje formamos pesquisadores na universidade pública, mas não formamos professores em grande quantidade. Fizemos uma universidade de

cotas, defendendo uma proposta mais ampla de universalização do acesso ao Ensino Superior. “Defendemos como política pública o Plano Nacional de Educação elaborado em conjunto com os movimentos sociais, estudantil e docente. A proposta é avançar com um investimento em educação da ordem de 7% do PIB (Produto Interno Bruto), chegando a 10% depois. Dessa forma poderemos universalizar o acesso de verdade, com qualidade”, afirma Carolina.

Para o economista Marcelo Paixão, a reserva de vagas para estudantes negros não invalida a discussão sobre a importância do investimento em educação básica. Segundo ele, os movimentos sociais se alimentam do senso de urgência e, portanto, a frente de luta para a garantia do acesso do estudante negro ao Ensino Su-

perior não deve ser desmobilizada. “Todo movimento social, para estar vivo, precisa ver seus ganhos imediatos serem realizados. Acho muito conveniente você produzir na agenda do outro o longo prazo. Mas medidas estruturantes que podem chegar no longo prazo não são contraditórias com a luta que realizo aqui e agora. Defendo que a gente opere com essas frentes de luta simultaneamente. Temos que lutar por uma universidade de qualidade

qualidade, é verdade, mas uma universidade da Pesquisa. A produção do conhecimento científico cresceu brutalmente por causa do investimento maciço, mas, paralelamente, é preciso investir na formação de professores”, critica.

De acordo com Yvonne, a valorização do Ensino Básico, com professores qualificados em salas de aula, tem relação direta com a construção de uma universidade democrática no futuro, aberta a todas as etnias e classes sociais. “Sem um investimento das elites brasileiras e das universidades públicas na formação de quadros para o Ensino Básico é impossível os pobres chegarem lá”, afirma. Apenas com essa formação, acredita a antropóloga, as instituições públicas de Ensino Superior poderão abrir efetivamente suas portas para a sociedade. “Precisamos produzir uma cultura que seja voltada para a

educação de todo mundo. A nossa principal ação afirmativa deveria ser voltada para a produção de uma escola de qualidade”, conclui a professora.

Já Carolina Barreto, diretora do DCE, enumera deficiências na política de assistência estudantil. Segundo ela, a inserção de um número maior de estudantes pobres na universidade deve vir acompanhada de condições de infraestrutura mínima para que possam concluir o curso. “O alojamento hoje pode receber 500 pessoas num universo de 35 mil estudantes. A gente sabe que estudar numa universidade pública, por mais que ela seja gratuita, exige do estudante gastos com cópia, transporte e alimentação. Não adianta fazer propaganda dizendo que os pobres estão entrando na universidade. Eles têm que sair formados”, afirma Carolina.



Para Ler Para Ler Para Ler
Para Ler Para Ler Para Ler Pa

Marxismo e filosofia

Karl Korsch

Apresentação e tradução de

José Paulo Netto

Editora UFRJ, 170 pp. - R\$ 30,00

Luciana Crespo

Durante o intervalo entre a Revolução de Outubro, em 1917, e o estabelecimento do marxismo “oficial” da Academia de Ciências de Moscou, vários pensadores publicaram interpretações diferenciadas da época extraordinária em que viviam e foram por isso condenados – tanto pelos líderes do movimento comunista internacional, à frente Zinoviev, como pelos próceres da social-democracia, à frente Kautsky.

Entre estes “livros malditos” do marxismo no século XX, que posteriormente considerou-se que fundam o “marxismo ocidental”, dois volumes se destacam: *História e consciência de classe*, de György Lukács, e *Marxismo e filosofia*, de Karl Korsch, ambos de 1923. Os dois tomaram no entanto, rumos bem diferentes: Lukács, apesar de preparar bem fundamentada defesa, nunca a publicou, acatou a decisão e viveu próximo ao movimento comunista por toda a sua vida; Korsch tentou dialogar com seus críticos, foi expulso do partido em 1926 e acabou isolando-se.

Marxismo e filosofia não tem a profundidade do trabalho de Lukács, mas é importantíssimo para a crítica do “marxismo vulgar”, este veio do pensamento de Marx abastardado por Kautsky e companhia. É importante ainda para se avaliar que riqueza de debates poderia se ter produzido, não fosse a “ortodoxia” dos líderes revolucionários que se tornaria o engessamento do estalinismo. Este livro traz ainda a resposta de Korsch às críticas – Estado atual do problema (anticrítica) – e mais quatro ensaios do autor. Obra apresentada e traduzida por José Paulo Netto, com exaustiva pesquisa das referências originais, *Marxismo e filosofia* é fundamental em qualquer biblioteca marxista.

reprodução



para todos os jovens brasileiros e lutar para que os negros com condições intelectuais mínimas venham para o sistema universitário hoje”, propõe o diretor do IE.

Ele acredita na aprovação da política de cotas pelo Congresso Nacional na sua formatação original, ou seja, sem a variável renda. “Não há como segurar a chegada dos negros no meio universitário. Algumas universidades já têm essa política, a UFRJ ainda não. Quando chegar, uma pequena revolução estará sendo feita neste país”. Ele ressalta que a política de cotas, longe de postular a supremacia de um grupo sobre outro, fortalece a reflexão sobre as discriminações que geram a desigualdade social. “Combater as discriminações e fazer políticas de promoção da equidade racial não são apenas paliativos. Os negros são 75% dos analfabetos no país. No dia em que resolvermos o analfabetismo dos negros resolveremos o problema do analfabetismo no Brasil. É um ganho que é dos negros? Sim, e é de todos”, conclui.

Das ilhas à cidade

Bruno Franco

Acervo ETU - 1952

A idéia mais comum acerca da construção da Cidade Universitária apregoa que tenha sido uma imposição da ditadura militar, almejando isolar a instituição e desmobilizar o forte movimento estudantil da época.

Sim, o planejamento da Cidade Universitária foi iniciado em um período autoritário da história política brasileira. No entanto, isso ocorreu durante o Estado Novo, presidido por Getúlio Vargas e, de acordo com pesquisadores, não faltou debate.

A definição do modelo de universidade e da localização do seu *campus* começou em 1935, quando Gustavo Capanema, à época ministro da Educação e Saúde Pública, instituiu uma comissão de professores para planejar o *campus*. De acordo com Antônio José Barbosa de Oliveira, responsável pelo Grupo de Pesquisa em Memória e Documentação do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), quando a universidade foi criada, na década de 1920, pela aglutinação das faculdades de Medicina, Direito e Engenharia, ela não era uma universidade de fato. “As unidades funcionavam de forma autônoma, sem articulação nem sede, um local no qual se visse a universidade propriamente. A construção de uma Cidade Universitária seria a forma de enxergá-la. Essa discussão já estava em voga quando Vargas chegou ao poder”, relata.

A noção de universidade era que esta deveria congrega todos os campos de saber e estes deveriam estar em constante troca. “Consequentemente, precisaria de um espaço físico que viabilizasse essa troca. Esse seria um espaço concentrador, mas que ao mesmo tempo permitisse articular as diferentes esferas de conhecimento”, explica Oliveira.

Intensos e constantes debates

Uma Comissão de Professores foi instalada em 1935 e tinha de escolher, além do local, a proposta universitária que seria materializada pelos prédios a serem construídos. Arquitetos, nacional e internacionalmente reconhecidos, foram chamados para prestar assistência, como o francês Le Corbusier e brasileiro Lúcio Costa.



O Engenheiro Luiz Hildebrando de Barros Horta (ao centro, de branco), responsável pelo acompanhamento das obras da Cidade Universitária, em foto com os engenheiros da construtora e do ETUB.

A discussão quanto à localização de uma universidade brasileira remonta ao século XIX, e segundo Antônio Oliveira, o lugar concebido como ideal para estabelecer-la era a Urca. “No entanto, a partir de 1937, se instituiu, legalmente, que nenhum curso poderia existir se não tivesse seu correspondente na Universidade do Brasil. Obviamente, uma universidade assim deve ser muito grande. E por esse motivo, pensou-se que a Urca não teria uma territorialidade compatível com o projeto pretendido”, revela o historiador.

A partir de então pensou-se na Quinta da Boa-Vista, que naquela época compreendia, além da Quinta atual, o Morro da Mangueira, a área onde hoje fica a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e até os prédios militares das imediações da rua Francisco Bicalho. “Nesse momento, há constantes debates entre as diversas posições da Comissão de Professores e a de arquitetos e engenheiros. O que uma aprovava, a outra vetava e vice-versa”, informa Oliveira.

Além da Quinta da Boa-Vista existiam outras propostas contemplando diferentes regiões da cidade, como a Vila Valqueire, levando em conta a expansão da malha ferroviária. Nesse caso, cerca de 180 casas deveriam ser desapropriadas e demolidas. Ou ainda a construção do *campus* em Niterói, na estrada para Maricá, ao estilo das

universidades americanas, mais afastadas dos centros urbanos, e que incluiria cursos de agronomia e veterinária. Em suas pesquisas desenvolvidas na graduação e no mestrado, Oliveira encontrou uma carta de Lúcio Costa a Le Corbusier, na qual ele indica uma proposta de fazer a cidade universitária em prédios suspensos sobre a lagoa Rodrigo de Freitas.

Há também uma decisão do Conselho Universitário, em 1941, favorável à construção na região de Manguinhos, que era um centro industrial em expansão. Ocorre que o terreno consistia, em parte, de aterro feito sobre espessa camada de lodo, o que encareceria as fundações para os muitos edifícios.

Com o fim da Segunda Guerra, que promoveu um hiato nas discussões, Gustavo Capanema toma a medida que causou grande insatisfação na universidade: extingue a Comissão de Professores com o argumento de que, em uma década de funcionamento, ela nada produzira. De acordo com Oliveira, em contrapartida criou, no âmbito do antigo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), um escritório técnico para se desincumbir da tarefa, o Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB), o atual ETU (Escritório Técnico da Universidade).

A escolha pelo arquipélago

O Escritório Técnico decidiu, então, que o local ideal era um conjunto de nove ilhas na baía de Guanabara (as oito ilhas que atualmente formam a ilha da Cidade Universitária e a ilha de Pinheiros, excluída posteriormente do projeto) próximas a Manguinhos. A decisão levava em conta o término das obras da avenida Brasil, bem como a proximidade da população estudantil, que estimava-se concentrada nas imediações da Tijuca.

Segundo Oliveira, a opção pelas ilhas faz surgir um cisma na universidade, pois alguns cursos foram contrários à transferência. Aí entra em cena o Palácio Universitário, embrião do que viria a ser o *campus* da Praia Vermelha.

De acordo com Oliveira, o reitor de então, Pedro Calmon, afirmava que o pleito da universidade pela posse do prédio onde funcionara o Hospital dos Alienados era uma missão cívica, para impedir seu abandono. “No entanto, os documentos atestam que o prédio não seria abandonado, nem demolido e sim utilizado pelo Colégio Pedro II, para seu Externato. Isso se dá em momento contemporâneo à lei que decide pela construção da Cidade Universitária no arquipélago próximo a Manguinhos”, revela o historiador. De tal decisão resultou a simultaneidade de obras nas ilhas e na Praia Vermelha.

Para Oliveira, o momento atual da universidade, com o Plano Diretor e o Plano de Reestruturação e Expansão, é um processo de retomada da concepção original de ocupação do *campus*. “É a retomada de uma discussão, que precisa ser adaptada e atualizada às condições atuais da universidade. Em momento nenhum da história, nem mesmo no regime militar, a ilha foi pensada para ser só parcialmente ocupada. Nenhum documento, nem o plano diretor, nada nos permite pensar nessa hipótese”, esclarece o historiador.

reprodução



Calendário UFRJ 2009

A construção da Cidade Universitária e os projetos para o futuro expressos nas propostas preliminares do Plano Diretor UFRJ 2020 são o tema do calendário da UFRJ 2009, publicado pela Coordenadoria de Comunicação da UFRJ (CoordCOM). Segundo João Eduardo Fonseca, chefe do Gabinete do Reitor, a idéia do calendário “resgata a origem da Cidade Universitária e aponta também uma perspectiva de futuro, além de realçar os esforços da instituição como um todo e da comunidade com o debate sobre Plano Diretor.

O mote “Para construir o aberto” tem a ver com o ideal expresso pelo Plano Diretor e

seus projetos de reestruturação da universidade de modo a torná-la mais integrada, mais aberta à sociedade, concretizando sua missão institucional. João Eduardo reforça que “o calendário visa isso, mostrar à comunidade acadêmica, bem como à comunidade exterior, esse novo projeto de universidade, que reflete as lutas democráticas do passado e os maduros debates do presente”.

Marco Fernandes



Moacyr de Góes

Quando trocou a tribuna de acusação pela sala de aula, há mais de 50 anos, Moacyr de Góes iniciou o caminho que faria dele um ícone da educação brasileira. Entre 1961 e 1964, foi secretário de Educação de Natal, no Rio Grande do Norte, cidade onde nasceu. Ocupou o mesmo cargo no Rio de Janeiro, no fim da década de 1980, na gestão de Saturnino Braga na Prefeitura.

Foi na capital potiguar que Moacyr de Góes liderou um histórico movimento de alfabetização popular, a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, realizada em galpões cobertos por palha de coqueiro e chão de terra batida. Nesta entrevista ao Jornal da UFRJ, Moacyr recria a atmosfera envolvente dessa experiência que beneficiou 40 mil alunos e que acabou sepultada pelo golpe militar de 1964.

Depois de anistiado, transferiu-se para a UFRJ, onde voltou a dar aulas na disciplina História das Américas – que criara na Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN) – até ser convidado por Horácio Macedo, então reitor, para coordenar a Extensão da UFRJ, praticamente inexistente na época. “Em um ano, criamos 13 projetos de Extensão na Maré”, lembra Góes, que ocupou, na época, a Sub-reitoria de Desenvolvimento e Extensão (SR5, atual Pró-reitoria de Extensão - PR5).

Moacyr de Góes, que é autor de diversos livros, também analisa a situação da universidade pública brasileira. “São mal recompensadas e pouco reconhecidas”, afirma, acrescentando que o aumento do acesso ao Ensino Superior no Brasil depende de maior atenção ao Ensino Médio.

Entrevista



Coryntho Baldez

Jornal da UFRJ: Em que momento de sua vida surgiu o interesse pela educação popular?

Moacyr de Góes: Minha formação foi em Direito. Cheguei a exercer advocacia durante cinco anos, mas me decepcionei. Fui, inclusive, auxiliar de acusação de um homem que foi condenado a 30 anos de prisão por assassinato, mas eu não tinha certeza de sua culpa. Depois, como me dizia meu professor Câmara Cascudo, fui seduzido pelo magistério. Fechei o escritório, onde ganhava muito mais, e fui ser professor no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense, em Natal, em 1956.

Jornal da UFRJ: Foi nessa época que o senhor também passou a escrever para jornais?

Moacyr de Góes: Bom, foi a partir de 1952 que comecei a trabalhar com Djalma Maranhão (jornalista e ex-prefeito de Natal), que morreu no exílio. Eu trabalhava no jornal, ministrava aulas e participava de sua administração na Prefeitura. Fui chefe de gabinete e criador do ginásio municipal. E depois, em 1961, fui para a Secretaria de Educação. Aí é que surge a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

Jornal da UFRJ: Antes de falarmos da campanha – que foi uma experiência

marcante –, como foram sua infância e sua juventude?

Moacyr de Góes: Minha mãe era profundamente católica, fazia comunhão diária, e meu pai era um livre pensador, professor e funcionário público. Fui alfabetizado em escola pública, muito tarde, com oito anos. Isso porque minha mãe tinha perdido outro filho e se pudesse ter me criado dentro de uma bolha, faria. Depois da alfabetização, estudei durante 11 anos em um colégio marista. Em seguida, fui para Recife fazer Direito porque em Natal existiam apenas duas faculdades, a de Odontologia e a de Farmácia. Essa permanência na capital pernambucana abriu a minha cabeça.

Jornal da UFRJ: Como aconteceu?

Moacyr de Góes: Antes, no Ensino Médio, eu fazia política estudantil, mas era de uma corrente de direita, conservadora. As leituras que fiz em Recife e a convivência nos corredores da faculdade me abriram a cabeça para outras idéias. Foi aí que caminhei para a esquerda. E cheguei nela não por admiração de algum líder ou por pressões emocionais, mas apenas pelo estudo. E também pelo olhar que comecei a lançar ao meu entorno, para a miséria da cidade, que me constrangia antes como constrange até hoje. De volta do Recife para Natal, me aproximo de Djalma Maranhão. Fizemos política jun-

tos, de 1952 até o golpe de 1964, que nos uniu na cadeia.

Jornal da UFRJ: A sua trajetória foi marcada pelo envolvimento com a educação popular. Em que momento ela nasceu como prática social e também como um campo teórico de estudos?

Moacyr de Góes: A educação popular surge, nacionalmente, em termos teóricos, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, em 1958. Paulo Freire liderava a bancada do Nordeste e, lá, defendeu a sua tese de que o analfabetismo somente seria extinto se a miséria também o fosse. Era, assim, preciso apressar a alfabetização que tornasse a pessoa capaz de lutar contra a sua situação de miséria. Foi então que ele começou a estudar o método de alfabetização em 40 horas para a criação do homem consciente. Nesse método não se repetia o tradicional “Eva viu a uva”. Eram utilizadas expressões que faziam parte da realidade dos adultos, como tijolo, exploração e trabalho. Não se infantilizava o adulto, que era tratado como portador de cultura, mas não uma cultura letrada. Em 40 horas, fazia-se de um analfabeto inconsciente e alienado um homem lúcido, consciente, crítico, que sabia ler e escrever. Claro que depois era preciso avançar para outras fases em que o processo de educação se aprofundasse e se fixasse.

Jornal da UFRJ: Onde ocorreram essas primeiras experiências?

Moacyr de Góes: As idéias pregadas por Paulo Freire foram postas em prática no primeiro governo de Miguel Arraes, na Prefeitura de Recife, a partir de 1958. O Movimento de Cultura Popular (MCP), ao qual Paulo Freire era ligado, foi o primeiro organismo do Brasil que formulou, aplicou e expandiu a educação popular. O segundo grande movimento foi a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, em Natal, deflagrada quando estávamos à frente da Secretaria Municipal de Educação de Natal, em fevereiro de 1961. Depois vieram o Movimento de Educação de Base (MEB), lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em março de 1961, e o Centro Popular de Cultura (CPC), criado um mês depois, pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que explorava, principalmente, o teatro para conscientizar as pessoas.

Jornal da UFRJ: Como esses movimentos populares ligados à educação e à cultura ganharam tanta força naquela conjuntura pré-golpe?

Moacyr de Góes: Era uma época de mudanças e as classes subordinadas não mais aguentavam o jugo de um país semifeudal. Os camponeses se organizaram em ligas, depois vieram os sindicatos. Na área urbana, o movimento estudantil

mobilizava constantemente a sociedade. E havia uma efervescência em torno da necessidade de mudança. João Goulart, ao assumir o governo, teve a percepção de que as mudanças de base seriam necessárias para transformar o Brasil em um país que tivesse um mercado interno. Os pobres não comiam, não tinham propriedade legalizada, não tinham meios de subsistência. Há, portanto, um conjunto de movimentos sociais que se tornam aliados da educação popular.

Jornal da UFRJ: *E como surgiu essa extraordinária experiência educacional que ficou conhecida como campanha “De pé no chão também se aprende a ler”?*

Moacyr de Góes: Djalma Maranhão criou os comitês nacionalistas em sua campanha para a Prefeitura, que definiram a educação como prioridade de governo. Eram 260 comitês para uma população de menos de 200 mil pessoas. Eles foram organizados para fazer convenções por bairros. Em 7 de setembro de 1960, todos os comitês se reuniram para listar as suas prioridades e apareceu, em primeiro lugar, a escola. Depois da guerra, ao mesmo tempo em que a população de Natal quadruplicou, as oportunidades educacionais diminuíram. Então, Djalma Maranhão assumiu com um programa coletivo já feito pelos comitês, cuja prioridade era a escola.

Jornal da UFRJ: *A falta de dinheiro para executar esse programa se tornou um problema. Como isso se resolveu?*

Moacyr de Góes: De fato, não tínhamos recursos para construir escolas de alvenaria. Mas aconteceu algo que não esqueço. Eu era secretário de Educação e fui chamado pelo comitê de Rocas (um dos bairros de Natal), presidido por um carteiro e, durante mais de três horas, cerca de 40 homens e mulheres discutiram como fazer da educação a meta número um. Eles perguntavam por que tínhamos feito essa promessa se faltava dinheiro para o investimento. Foi quando um caboclo lá do fim da sala levantou-se e disse: “Se não há dinheiro para fazer uma escola de alvenaria, que se façam escolas de palha”. E aí surgiram várias propostas, como fazer o chão da escola de barro batido e utilizar um terreno reservado para um cemitério para erguer a escola. Veja a inversão simbólica dessa última proposta.

Jornal da UFRJ: *E aí, o que aconteceu?*

Moacyr de Góes: Tive que segurar as pontas, mas inicialmente achei aquilo ali estranho. A sugestão foi votada e aprovada. Levei então ao prefeito Djalma Maranhão a idéia. Ele pensou e disse que talvez essa fosse a solução. No outro dia, o chefe da marcenaria da Prefeitura foi ao terreno nas Rocas e desenhou na areia o que poderia ser um acampamento. Uma

semana depois começou a construção de galpões de 30 por 8m². Era um espaço no qual cabiam quatro salas de aula, divididas apenas pelos quadros negros. O galpão era coberto por palha de coqueiros e o chão era de barro batido.

Jornal da UFRJ: *Esse foi a primeira escola da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”?*

Moacyr de Góes: Sim, em Rocas, um bairro portuário de grande tradição política. No acampamento, havia espaço para educação física, para reuniões de pais e mestres, da comunidade. A idéia, que vinha de Paulo Freire, era a de que a escola deveria se transformar no centro do bairro. O bairro deveria girar em torno da escola e conseguimos isso em muitos deles. Dois anos depois, havia nove acampamentos construídos, alguns com cinco pavilhões. Essa campanha, que começou em fevereiro de 1961 e foi extinta pelo golpe militar de março de 1964, teve uma matrícula acumulada de 40 mil alunos, em nove acampamentos. Em um deles, o acampamento Nordeste, não tinha água e nem luz elétrica. Ensinávamos com um candeeiro a álcool. Os moradores desse bairro fizeram uma pressão tão grande que a Prefeitura acabou instalando luz e água naquela comunidade. Isso retrata a organização e mobilização consciente nesses acampamentos.

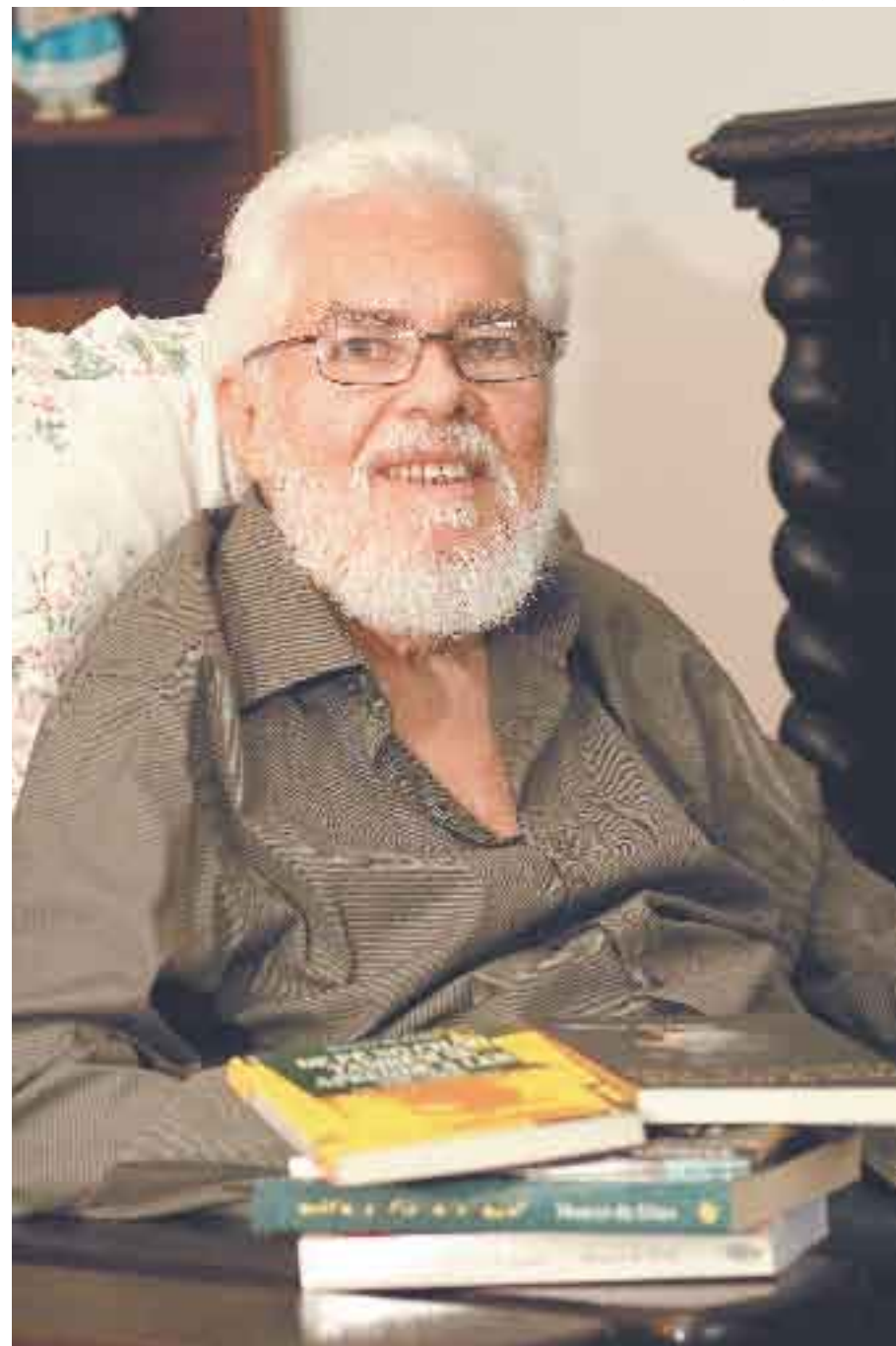
Jornal da UFRJ: *As crianças ali cumpriam o ciclo formal de ensino?*

Moacyr de Góes: Sim, elas cursavam da 1ª à 4ª série e recebiam o seu diploma. E também fazíamos a alfabetização de adultos. Naquela época, tínhamos todas as liberdades republicanas, mas já se tramava o golpe militar, na sombra.

Jornal da UFRJ: *Mas a campanha “De pé no chão também se aprende a ler” foi além da alfabetização. Certo?*

Moacyr de Góes: É verdade. Deflagrado o processo, começam a surgir outras questões. Por exemplo, a Diretoria de Documentação e Cultura da Secretaria de Municipal de Educação passa a ter uma aproximação grande com os autos populares. Natal tem uma riqueza muito grande de fandangos, cheganças, pastoris, toda aquela cultura que vem do passado e que foi estudada e amplamente divulgada durante os três anos do nosso governo. Fizemos mesas-redondas com exposições de todas aquelas manifestações artísticas. Unimos educação popular com cultura popular. O que ficou de mais expressivo dessa união foi quando da construção do primeiro acampamento. Os operários da Prefeitura, que não tinham familiaridade com essa antiga tecnologia, não sabiam fazer a virada da palha. Sem isso, não se faz o telhado. Alguns pescadores que moravam em casas desse tipo foram chamados

Marco Fernandes



e explicaram que todas as folhas têm de ser viradas para um lado só. Juntando uma com outra, faz-se uma cobertura que escoar a água da chuva. Essa era uma técnica desenvolvida pelos índios e os pescadores a resgataram. Assim, usava-se a cultura popular, já quase desaparecida como técnica de construção, para difundir a educação popular.

Jornal da UFRJ: *E aí veio o golpe militar. Depois dele, o senhor percorreu que caminhos?*

Moacyr de Góes: É... Aí veio a merda (risos). Os militares prenderam Djalma Maranhão e toda a equipe de educação. Eles diziam que o quartel da subversão em Natal era a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Eu passei seis meses e três dias preso. Quem tinha mandato popular, prestígio junto à população, foi transferido para a ilha Fernando de Noronha. Djalma Maranhão, que era um homem alto e forte, quando saiu de lá, tinha perdido 52 quilos. Eu fui demitido da Prefeitura, da Escola Industrial, para onde passei por concurso, exonerado do Conselho Estadual de Educação e respondi a sete IPM (Inquérito Policial Militar). E quando saí da prisão estava praticamente sem meios de sobrevivência. Mas a vida na prisão foi importantíssima. Eu sempre digo que um homem entra na prisão de um jeito e sai de outro. Ou sai arrasado, rendido ou, então, mais corajoso e convicto. Eu saí mais com as minhas convicções fortalecidas. Tive uma convivência grande com os comunistas, embora fosse da Ação Popular (AP).

Jornal da UFRJ: *Depois que o senhor foi solto veio para o Rio?*

Moacyr de Góes: Sim. Depois de seis meses desempregado, consegui um trabalho por indicação de Eneida, uma jornalista e folclorista comunista que participou dos seminários que organizávamos em Natal. Esse emprego era no Colégio Carvalho de Mendonça, onde passei a dar aulas. Isso foi em 1966. Depois, fui trabalhar no Colégio São Vicente, um emprego conseguido por uma amiga que militava na Ação Católica. Lá, fiquei 20 anos, como professor e, mais tarde, como coordenador. Depois, passei em um concurso para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e fiquei com esses dois empregos.

Jornal da UFRJ: *Mas com a anistia, o que o senhor fez?*

Moacyr de Góes: Com a anistia, me apresentei à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde era professor. Ela ainda estava cheia de “gorilas”. Colocaram-me numa lista com um salário do tempo anterior a 1964. Acabei pedindo transferência para o Rio de Janeiro, pois já estava enraizado na cidade. A minha mulher já trabalhava na UFRJ. Quando me transferi, o reitor da UFRJ na época, o

professor Adolfo Polillo, se escandalizou com os termos da transferência e mandou me colocar em um quadro atualizado.

Jornal da UFRJ: *E que disciplina o senhor passou a lecionar na UFRJ?*

Moacyr de Góes: História das Américas, que fundei ainda na UFRN. Mas me decepcionei com a UFRJ, que tinha uma estrutura completamente desmantelada. Comprei giz e apagador do meu próprio bolso, além de papel higiênico, que não existia nos banheiros. E comecei a ministrar minhas aulas. Ao participar de uma congregação na UFRJ, pensava que faria grandes debates sobre história da educação, currículos, avaliações. Não houve nada disso. A reunião foi tomada por duas mulheres que ficaram brigando entre si por questões de pontuação. Outras sessões se sucederam da mesma maneira.

Jornal da UFRJ: *Essa situação era um legado da ditadura militar?*

Moacyr de Góes: Exatamente. Era um negócio tão atrasado que preferi fazer o meu feijão com arroz dentro da sala de aula. Foi então que um movimento grande de professores e alunos cresceu e pôs em xeque as regras do AI-5, que apenas permitia votar para síndico de prédio. Os congressos de professores terminavam sempre com uma palavra de ordem: “eleições em todos os níveis”. E na UFRJ se conseguiu eleger Horácio Macedo.

Jornal da UFRJ: *Aí começa outra história?*

Moacyr de Góes: Ele foi uma lufada de vento limpo dentro da universidade. Era um homem justo e mudou tudo. Horácio Macedo me chamou para integrar a Sub-reitoria de Desenvolvimento e Extensão (SR5). A sub-reitora era a professora Dulce Chiaverini. O reitor me pediu que coordenasse um projeto de Extensão para a UFRJ. Disse-me que eu trazia a experiência da educação popular, o que seria benéfico para a compreensão do problema. Aceitei e fui me aprofundar no tema. Durante o ano de 1985, então, foi feita uma verdadeira mobilização das faculdades em torno da Extensão.

Jornal da UFRJ: *Qual era o eixo central da nova administração em relação à atividade de Extensão?*

Moacyr de Góes: Horácio Macedo sempre me dizia que a universidade, desmantelada do jeito que estava, não tinha o respeito da sociedade. Havia também muitas greves e a sociedade estranhava, não estava preparada para isso. Ele então afirmava que a grande missão da UFRJ era demonstrar, fora dos seus muros, que ela é necessária. Para isso, nada melhor do que a Extensão.

Jornal da UFRJ: *E no fim daquele ano de mobilizações, qual foi o resultado?*



Moacyr de Góes: Ao fim, tínhamos 13 projetos de Extensão elaborados. A Extensão que encontramos tinha um trabalho no Pará e outro no interior do estado do Rio. E o reitor nos dizia que no limite do *campus* da Cidade Universitária estava o Complexo da Maré, que concentra quase todos os problemas brasileiros.

Jornal da UFRJ: *Antes, a Extensão praticamente inexistia?*

Moacyr de Góes: Havia atividades muito pontuais. Não havia uma ação institucional efetiva. Nós fizemos coisas interessantíssimas, como o projeto de “Direitos na Maré”, que era integrado por professores e estudantes. Esse projeto legalizou terrenos e posses de casas. A Faculdade de Medicina também implantou um ambulatório na Vila do João. Os estudantes de Enfermagem foram dedicadíssimos no acompanhamento dos doentes que saíam dos hospitais e iam para suas casas. Era uma ação ampla.

Jornal da UFRJ: *Houve algum tipo de obstáculo para executar essas ações?*

Moacyr de Góes: Aconteceu uma coisa muito estranha. Treze núcleos da UFRJ já estavam mobilizados e trabalhando no primeiro ano, mas a Faculdade de Educação se recusou a participar dessas ações de Extensão. Mas a minha equipe era muito boa. A Maria Helena Silveira, que ainda hoje está na UFRJ, era uma mulher muito dinâmica e disse que se a Faculdade de Educação não queria fazer nenhum projeto de educação popular, nós o faríamos. Ela juntou um grupo de professores e de alunos e organizou os cursos. Um mês depois, estavam funcionando na Maré três classes de alfabetização e quatro de qualificação profissional.

Jornal da UFRJ: *Até quando o senhor acompanhou esse trabalho?*

Moacyr de Góes: Até ser chamado por Saturnino Braga para ser secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro. Ele organizou o governo dele em torno do que chamou de Frente-Rio, com secretários de alguns partidos e setores do campo da esquerda. Eu, por exemplo, fui indicado pela esquerda do PMDB para compor o secretariado, com o apoio do então vice-prefeito, Jó Resende, que conhecia meu trabalho ligado à educação popular.

Jornal da UFRJ: *E foi possível desenvolver algum tipo de trabalho da Prefeitura?*

Moacyr de Góes: Já no meu discurso disse que a minha plataforma teria três eixos: mais educação, melhor educação e educação mais democrática. E, de fato, foi o Saturnino Braga que inaugurou, já naquela época, a milésima escola municipal (o Rio tem, hoje, 1.062 escolas), que fica no morro do Vidigal, do lado da avenida Niemeyer, e que recebeu o nome de Prefeito Djalma Maranhão.

Jornal da UFRJ: *Nesse início de ano, está sendo criado e organizado o Conselho de Extensão da UFRJ, uma proposta que surgiu há 20 anos, ainda na gestão da professora Dulce Chiaverini. Qual a importância dessa iniciativa?*

Moacyr de Góes: É uma iniciativa que vem com atraso, mas ainda vai chegar em boa hora. Todo reforço na Extensão é importante porque Ensino e Pesquisa se desenvolvem na instituição. A Extensão não, ela trabalha fora dos muros, e é por ela que a comunidade ouve falar, vê e pode avaliar o trabalho da universidade. Ela é tão necessária como o Ensino e a Pesquisa. Se a universidade não ultrapassar os seus muros, a sociedade um dia poderá se cansar e acusá-la de gastar dinheiro público sem contrapartida para melhorar a situação de pobreza do povo.

Jornal da UFRJ: *E como o senhor avalia hoje o papel da universidade pública, que ainda reserva suas portas para uma parcela ínfima dos jovens brasileiros?*

Moacyr de Góes: É preciso abrir para o povo, além da universidade, o Ensino Fundamental e o Médio. Em dezembro último, o *Jornal do Brasil* publicou uma estatística alarmante acerca da evasão no Ensino Médio, que se não for socorrido se acaba. Tem-se um ensino primário, é verdade que ainda ruim, mas ele é amplo. Mas há uma lacuna grande no segundo grau. E como muitos chegam à universidade? Um número grande de jovens chega lá com deficiências incríveis. Nas provas que aplicava na UFRJ, depois de colocar as perguntas no quadro, eu fazia a observação de que uma frase tem começo, meio, fim e sentido. Vinha muita “salada” de frases e idéias. Mas quando a imprensa abre manchetes sobre isso é para ridicularizar os alunos, quando eles, na verdade, são vítimas de um ensino de primeiro e segundo graus deficientes. Então, a educação brasileira não pode ser tratada em apenas um nível. Acho que as universidades públicas ainda são mal recompensadas financeiramente e pouco reconhecidas. Em uma terra que tem miséria alastrada por todos os cantos, há cursos especializados na formação de profissionais para tratar da unha do dedo mindinho do pé esquerdo. E, no entanto, não há atenção para as grandes doenças que afetam parcelas imensas da população que vive em situação de pobreza.

Jornal da UFRJ: *A universidade está se esquecendo de pensar o Brasil de forma global?*

Moacyr de Góes: Acho que sim, mas não todos que a integram. Ainda há muita gente com cabeça boa. Se olharmos de fora, e eu já estou nessa situação há 10 anos, percebemos que falta aquela visão de totalidade. As visões parciais até que são corretas, mas elas têm que se interligar, somar-se. E a universidade ainda está distante desse caminho.



**Plano
Diretor
UFRJ 2020**

PARA CONSTRUIR O ABERTO

Pedro Barreto

Num lógico desenho democrático, a UFRJ começa 2009 construindo seu futuro, tijolo por tijolo. A construção de uma universidade integrada se faz através da toada harmoniosa entre todos os interessados no desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão do conhecimento acadêmico e seu diálogo com a cidade e o estado do Rio de Janeiro. O que está em discussão não é apenas um planejamento para a construção de novos prédios na Cidade Universitária. O Plano Diretor UFRJ 2020 representa a completa guinada de um pensamento que dominou a universidade desde sua instalação, na outrora conhecida “Ilha do Fundão”. A futura Cidade Universitária será um espaço para a produção e difusão de um conhecimento interdisciplinar resultante da interação entre as mais diferentes áreas do saber, com total respeito à qualidade de vida, ao meio ambiente e às diversidades social, econômica e cultural.

PARA CONSTRUIR O ABERTO

“A apresentação do Plano Diretor ameniza os medos do passado.
A nova adequação do campus é fantástica.”

*Jônatas Peixoto de Almeida,
representante do Corpo Discente no Consuni*

Aprovada pela resolução 13/2008 do Conselho Universitário (Consuni), de 27 de novembro de 2008, a divulgação da Proposta Preliminar do Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária torna públicas as políticas sugeridas pelo Comitê Técnico do Plano Diretor UFRJ 2020 (CTPD) para a universidade nos horizontes de 2012, 2016 e 2020. As propostas são norteadas pelas Diretrizes Gerais do Plano Diretor, aprovadas na resolução 10/2008 do Consuni de 1º de setembro do ano passado. No Conselho Universitário do dia 26 de março, será apresentado um novo documento, reunindo propostas para o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha (POUPV) e para o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas (POUUI), elaborado pelos seus respectivos grupos de trabalho, em parceria com o CTPD e debatido pelo Conselho Participativo do Plano Diretor. Na composição desse Conselho há representantes das diversas unidades da universidade, das entidades de classe, de estudantes, de membros do Governo estadual e das Prefeituras da região, entre outros integrantes da sociedade civil; ele foi instalado no dia 5 de fevereiro último.

A previsão para 2020, quando se pretende concluir a terceira etapa do Plano Diretor, é que a Cidade Universitária alcance uma população flutuante em torno de 120 mil pessoas, incluindo estudantes, servidores técnico-administrativos e professores, além de funcionários dos centros de pesquisa, de empresas sediadas no *campus*, de clientes e pacientes, entre outros. Estão sendo pensadas políticas específicas para atender a contento todo esse público em áreas de transporte, alimentação, residência universitária, gestão ambiental, infraestrutura, telecomunicações, segurança, comércio, esporte, cultura, lazer e eventos.

Pesquisas

Para aferir as necessidades e desejos dessa população, foi realizada uma pesquisa pelo Laboratório de Diagnóstico em Opinião da UFRJ (LaDO), denominada “Vida Universitária – Hábitos e Anseios”, em que foram ouvidas 3.600 pessoas da comunidade universitária. Estão previstas ainda a segunda e terceira fase desse estudo para avaliar as expectativas dos usuários dos centros de pesquisa instalados no *campus*, além da população das comunidades vizinhas à Cidade Universitária.

Ademais, foi enviado a todas as unidades acadêmicas, através da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PR-3), um questionário sobre suas

demandas de expansão, visando contabilizar a necessidade de pessoal e de infraestrutura acadêmica. O resultado constatou uma aproximação inesperada entre as perspectivas de crescimento das unidades com o que esperava o CTPD. “Felizmente, predominou o bom senso e não o chamado ‘peça o máximo para conseguir o mínimo’”, reconheceu Carlos Vainer, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e integrante do CTPD.

Recursos

Obviamente, serão necessários recursos vultosos para a implantação das propostas. O orçamento disponibilizado pelo Governo Federal, através do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) gira em torno de R\$ 115 milhões, até 2011. Já o orçamento de custeio, em crescimento progressivo nos próximos quatro anos, ultrapassará R\$ 220 milhões. Mesmo assim, será preciso buscar outras fontes através de parcerias junto ao Governo Estadual e à Prefeitura, além de empresas sediadas na Cidade Universitária e outras que se mostrem interessadas.

O pró-reitor de Planejamento, Carlos Antônio Levi, na última Plenária de Decanos e Diretores de 2008, traçou

um panorama positivo para a universidade. Além de começar 2009 com uma dívida próxima de zero, somente este ano a UFRJ terá à disposição cerca de R\$ 60 milhões para investimentos de recursos provenientes do Governo Federal. “Estamos bastante confortáveis de que teremos condições de realizar os investimentos que precisamos para os próximos quatro anos. E, vencida esta primeira etapa, ganharemos a confiança de futuros parceiros para seguir adiante”, analisou.

A representante do Ministério da Educação, Maria Ieda Diniz, trata de tranquilizar os céticos e temerosos de que a crise econômica internacional embote a visão de um belo horizonte para a universidade. Em entrevista à *WebTV* da UFRJ, em dezembro último, a diretora de Desenvolvimento da Rede IFES/SESu assegurou recursos federais para a empreitada. “Temos a garantia do ministro e do presidente da República de que os recursos para a Educação são prioridade para o governo. Observamos, inclusive, através do orçamento para 2009, que esses recursos serão protegidos. Por isso, temos a tranquilidade de dizer que um projeto como o Plano Diretor pode ter viabilidade de execução. Os recursos já acordados com a universidade estão inteiramente assegurados”, afirmou.

Equipe Técnica do Plano Diretor



Expansão do bloco A do CT: nova área de 600 m² custará R\$ 1,2 milhão.

Centros de Convergência

Para promover o encontro entre estudantes, professores e técnico-administrativos das mais diversas áreas do conhecimento, estão sendo pensados espaços denominados “Centros de Convergência”. A princípio seriam seis, instalados nas áreas destinadas às atividades acadêmicas do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Administração Central (onde hoje está a Prefeitura Universitária e futuramente estarão a Reitoria e o Centro de Ensino à Distância), Centro de Tecnologia (CT), Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Centro de Letras e Artes (CFCH-CLA, no espaço onde hoje está instalada a Faculdade de Letras) e no entorno do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Os Centros de Convergência seriam áreas de uso comum, ao ar livre, densamente arborizadas, que teriam salas de aula, residências, restaurantes, bibliotecas, comércio, lazer, quadras esportivas, espaços para shows, eventos e espetáculos, entre outros.

Nada disso, entretanto, faria sentido sem a expansão das estruturas acadêmicas com a possível transferência das unidades hoje sediadas na Praia Vermelha e nas ditas Unidades Isoladas, que incluem a Faculdade de Direito, algumas unidades do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e o Colégio de Aplicação (CAp), entre outras, todas ainda em processo de debate. A área destinada ao CFCH-CLA tem cerca de 29 mil m² e os recursos previstos para a expansão giram em torno de R\$ 40 milhões. O projeto em desenvolvimento tem inauguração prevista para 2012.

A expansão pretendida pelo Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), antiga demanda da unidade, tem como ponto alto a criação do chamado Bloco F. “Precisamos saber onde ficarão as unidades do Centro, instaladas provisoriamente há 40 anos”, reivindica a decana Ângela Rocha. O prédio tem proposta inovadora: utilização de energia solar, aproveitamento de águas pluviais e densa arborização. A reforma da área de 1,6 mil m² tem custo estimado em R\$ 3 milhões e previsão de inauguração para janeiro de 2010.

Já em processo licitatório está o projeto de expansão das salas de aula do Centro de Tecnologia (CT). Com recursos da ordem de R\$ 1,2 milhão, o prédio, de aproximadamente 600 m², atenderia a estritas normas de conforto ambiental e eficiência energética.

No Centro de Ciências da Saúde (CCS) há demandas distintas. Uma delas é a expansão das salas de aula do Bloco J, em uma área de 4,7 mil m², cujo

“Tenho medo de estar sendo feita uma reprodução da cidade partida que vemos na vida urbana.”

Jefferson Salazar, representante dos técnico-administrativos no Consuni, em referência ao que considera um contraste entre as residências universitárias e as condições de moradia da Vila Residencial.

**Plano
Diretor
UFRJ 2020**

Equipe Técnica do Plano Diretor



A atual área da Prefeitura Universitária...



...será revitalizada e abrigará a futura Administração Central.

projeto já está em licitação, orçado em torno de R\$ 5,6 milhões. A previsão para o início das obras é para junho deste ano e a entrega, para fevereiro de 2010.

Outro caso bem mais complexo é a proposta de reforma da Ala Sul do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). Há cerca de 50 anos abandonada e causando degradação ao patrimônio do HUCFF, a chamada “perna seca” pode finalmente dar lugar a instalações úteis e eficientes. Contando com a simpatia do ministro da Educação, Fernando Haddad, o projeto de demolição da “perna seca” foi aprovado no Conselho de Centro do CCS e será encaminhado para deliberação no Conselho Universitário (Consuni). Para a demolição e reforma de 10 mil m² da área, seriam necessários cerca de R\$ 30 milhões.

Um estudo realizado pelo professor Francisco Lopes, do Programa de Engenharia Civil (PEC), do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), apontou a inviabilidade de reaproveitamento das atuais instalações. “Toda a estrutura está corroída. A recuperação e complementação arquitetônica custariam cerca de R\$ 90 milhões e não garantiriam a estabilidade do prédio. Além disso, a estrutura verticalizada é inadequada para um hospital nos dias de hoje”, analisa.

Será constituído um grupo de trabalho interdisciplinar, composto por representantes de diversas unidades do CCS, que avaliarão as propostas de reocupação da área. Entre as idéias sugeridas e elaboradas pelo Ateliê Universitário, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) – coordenado pelos professores Patrícia Figueira Lassance e Guilherme Lassance, com apoio do setor de Engenharia do HUCFF – estão a criação de um novo ambulatório, com mais espaço e maior comodidade para os pacientes, a construção de um centro

de convenções, a ampliação das instalações acadêmicas para Ensino e Pesquisa e a criação de um centro comercial para a comunidade universitária e a população do entorno.

Percebido como um dos principais entusiastas do Plano Diretor UFRJ 2020, Vainer defende a idéia de transformar a Cidade Universitária em um centro de confluência de eventos culturais do Rio de Janeiro. É dele a proposta de promover encontros de atividades culturais através da reunião de grupos de teatro, artistas, atletas, artesãos, aeromodelistas, colecionadores de carros antigos e adeptos de alimentos orgânicos, entre outros.

Transportes

No mesmo Consuni de 27 de novembro, foram autorizados ainda os investimentos, com os recursos já disponíveis, para a implantação do novo sistema viário da Cidade Universitária, que prevê a construção de dois anéis para transporte automotivo individual, percorrendo um trajeto periférico ao atual. Para os pedestres que hoje sofrem para percorrer pequenos trechos sob a aridez, o sol escaldante ou a chuva inclemente, o horizonte dos próximos quatro anos já reserva percursos amenos, pontilhados de esculturas artísticas, em caminhos arborizados e calçadas, sob proteção contra o sol e a chuva.

Tendo como foco a qualidade de vida e a integração entre estudantes e professores de diferentes unidades acadêmicas, o chamado “eixão” de hoje seria destinado ao transporte coletivo e ativo (não-motorizado). Um dos primeiros projetos a tomar vulto pode ser o de uma ciclovia que ligará toda a extensão do *campus*. A obra, já com licitação concluída, tem previsão de início para o primeiro semestre deste ano e está orçada em R\$ 500 mil.

O professor Celso Alvear, do Instituto de Física (IF), e o vice-prefeito da Cidade Universitária, Ivan Carmo,

apresentaram ao CTPD a idéia de criar pontos para empréstimo de bicicletas: os usuários teriam condições de pegar e devolver os veículos em diversos pontos do *campus*. Seria instalado um sistema de cadastramento, em que os ciclistas poderiam também verificar os postos com bicicletas disponíveis. O custo total estimado para a aquisição de 300 veículos, 14 contêineres de estacionamento, computadores e demais equipamentos é de R\$ 160 mil. Na pista ainda seriam instalados segregadores entre as faixas de veículos automotores e a de ciclistas.

Para quem frequenta a Cidade Universitária não chega a ser uma novidade que um dos itens com maior índice de reprovação, entre os entrevistados da pesquisa do Laboratório de Diagnóstico em Opinião da UFRJ (LaDO), tenha sido o serviço das empresas de ônibus. Cerca de 65% dos consultados disseram utilizar o coletivo convencional para fazer o percurso casa-UFRJ. Menos de 40% dos pesquisados avaliaram apenas como “regular” a qualidade dos ônibus, enquanto cerca de 30% consideraram como “péssimas” as condições.

Para resolver este problema algumas alternativas estão sendo pensadas. Um dos projetos com licitação já em andamento é o terminal de integração a ser instalado próximo ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), reconhecido local de maior concentração da população não-universitária dentro do *campus*, em área de cerca de 4,2 km². Nele convergirão não apenas veículos visitantes, como haverá a integração com aqueles que circularão internamente. Os recursos estimados para tal empreendimento estão em torno de R\$ 1,7 milhão.

O professor Francisco Lopes sugere ainda a criação de uma linha de integração metrô-ônibus entre a Cidade Universitária e as estações Estácio ou Praça Onze, que atendessem também à comunidade do Hospital Escola São

Francisco de Assis (HESFA), localizado nas imediações. “Várias pessoas mostrariam interesse em deixar o carro em casa e vir de metrô. Essa mudança das linhas existentes passa por uma relação às vezes difícil com as empresas de ônibus. Se elas não considerarem lucrativo, não aumentam a frequência, nem criam novos itinerários”, avalia.

Outra alternativa citada pelo professor é parte de um projeto do Governo do Estado, que deve ser concluído em 2010. Trata-se da ligação da linha 2 do Metrô entre São Cristóvão e a Central. “Em vez de ir para o Estácio, o trem irá para a Central e, de lá, até Copacabana. Quando esta integração estiver pronta, atenderá às pessoas da linha 2 e da linha 1”, explica.

Ainda de acordo com a resolução 13/2008 do Consuni, fica aprovado o diálogo com as entidades governamentais nas esferas federal, estadual e municipal. O objetivo é consolidar parcerias nas áreas de infraestrutura, transporte, cultura e lazer nos limites da Cidade Universitária e em seu entorno.

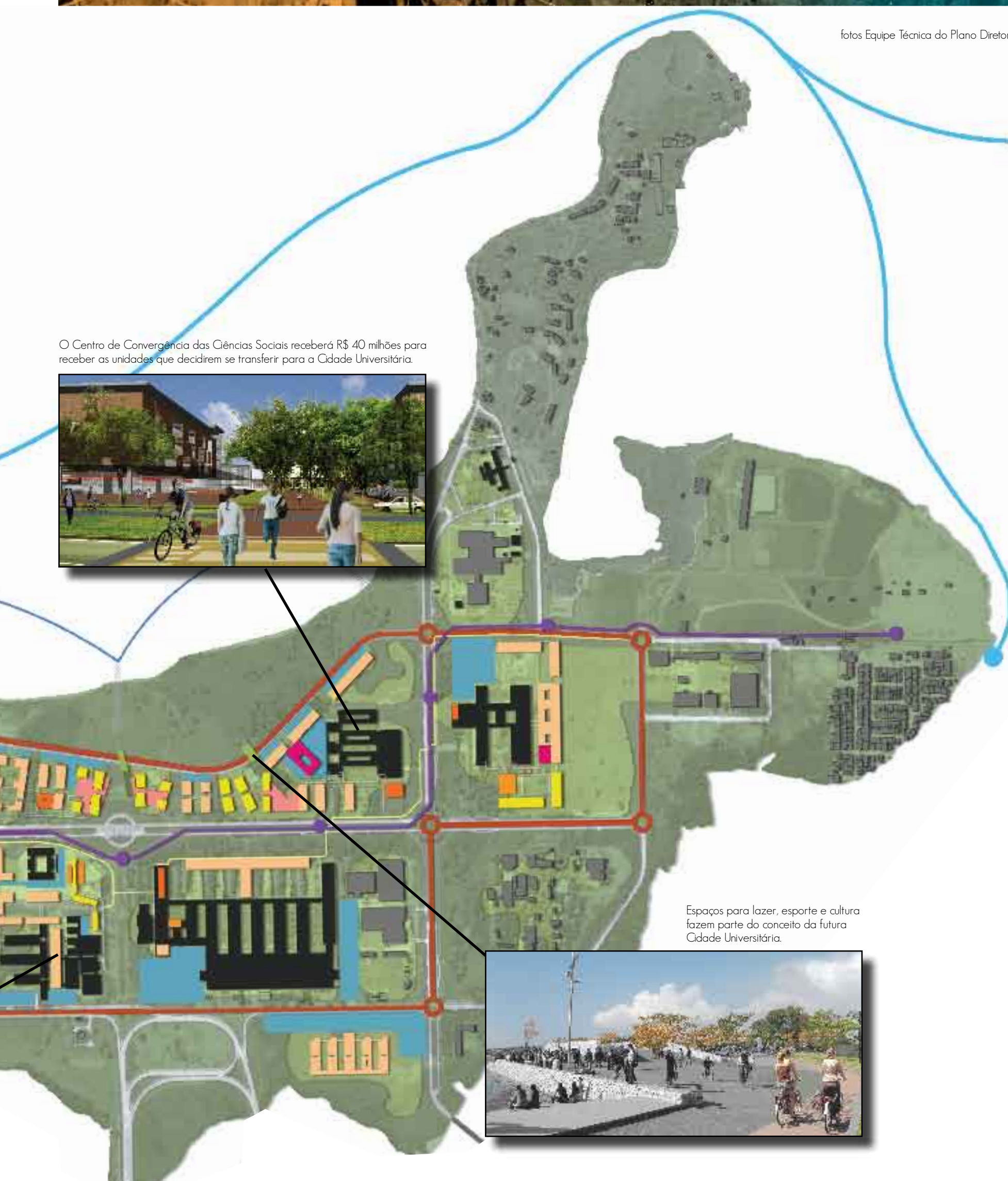
Um dos exemplos, já bem encaminhado junto ao Governo do Estado, é a construção de uma nova ponte de ligação entre a Linha Vermelha e a rótula do Centro de Tecnologia, estimada em torno de R\$ 15 milhões. Os recursos devem ser repassados pelo Projeto de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), ainda em 2009. O anteprojeto foi encaminhado para detalhamento ao Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER/RJ) e aguarda um retorno do Governo do Estado, através do vice-governador e secretário de Obras, Luiz Fernando Pezão. “Há dois traçados possíveis. O primeiro passaria por cima da Linha Vermelha, em direção à Vila do João e depois tomaria o sentido Centro. Esta hipótese precisaria de uma área não edificada, mas o projeto já prevê passar por uma área não habitada. No outro traçado, a ponte atravessa o Canal do

“Estou bastante satisfeito. Parece que o projeto contempla as principais lutas do movimento estudantil, como os bandejões.”
Rafael Pereira Nunes, representante suplente do Corpo Discente no Consuni.

Plano Diretor UFRJ 2020

fotos Equipe Técnica do Plano Diretor

O Centro de Convergência das Ciências Sociais receberá R\$ 40 milhões para receber as unidades que decidirem se transferir para a Cidade Universitária.



Espaços para lazer, esporte e cultura fazem parte do conceito da futura Cidade Universitária.



Legendas usos

- | | | | |
|-------------------|---|--|---|
| Auditório |  | Colégio de Aplicação e Escola de Educação Infantil |  |
| Comércio |  | Residência Universitária |  |
| Estacionamento |  | Restaurante Universitário |  |
| Reserva Ambiental |  | Biblioteca |  |
| Parque da Orla |  | | |

PARA CONSTRUIR ABERTO

“Eu sempre me preocupo com essas falas. O que se está tentando fazer é construir um campus mais agradável.”

Paulo Sérgio Diniz, representante suplente do CT no Consuni, em resposta às críticas de representantes do Corpo Discente

Equipe Técnica do Plano Diretor



Os Centros de Convergência abrigarão 10 mil unidades residenciais com instalações para lazer, esporte e cultura, próximas às atividades acadêmicas.

Cunha, segue em direção ao Caju, passa por baixo da Linha Vermelha e sai em direção ao Centro. Este não precisaria de desapropriação”, esmiúça Lopes.

Outro projeto pujante é a criação de um ramal da Supervia ligando Bonsucesso ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, com uma estação na Cidade Universitária, nas proximidades da futura Reitoria, onde hoje está instalada a Prefeitura Universitária. Este empreendimento também conta com a simpatia das autoridades governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, por sua importância para as pretensões da cidade do Rio de Janeiro para a candidatura a uma das sedes da Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Em entrevista à *WebTV* da UFRJ, o vice-governador Pezão disse que “o projeto vai ao encontro do que o governador Sérgio Cabral cobra da secretaria de Obras”. Segundo ele, “já foram encaminhados os pedidos de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e análise de possíveis desapropriações para viabilizar a obra”.

Um investimento que abarca os dois eixos do Plano Diretor de integração, tanto internamente quanto entre a universidade e a cidade, é o Maglev-Cobra. O projeto foi apresentado pelo professor Eduardo Gonçalves David ao CTPD, em outubro passado. Um protótipo do trem de levitação magnética teria cerca de 100 metros e já conta com recursos em torno de R\$ 4,7 milhões da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), para a conclusão até 2010. A intenção é ampliar a extensão dos trilhos para cerca de

dois quilômetros, ligando o Restaurante Universitário Central, próximo à Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), ao prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), que atualmente abriga a Reitoria e a Escola de Belas Artes (EBA). Para cobrir os 4km de distância através da Cidade Universitária, seriam necessários cerca de R\$ 40 milhões. A uma velocidade máxima de 80km por hora, os usuários não esperariam mais do que 2’30” entre um trem e outro. O veículo poderia ser movido a energia solar ou nitrogênio, gás que possibilitaria ainda o resfriamento dos vagões para o conforto dos passageiros.

O objetivo principal dos engenheiros é utilizar o Maglev para ligar os aeroportos do Galeão ao Santos Dumont; a Cidade Universitária seria ponto intermediário. Boa parte dos 22km que separam os dois aeroportos poderia ser percorrido sobre os trilhos da Supervia, o que baratearia o custo do investimento. Um dos trunfos para tirar o projeto do papel é a exigência do caderno de encargos da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e do Comitê Olímpico Internacional (COI) de uma melhor malha de transportes para a cidade. “O Rio seria a única cidade do Brasil com uma ligação ferro-metroviária com o aeroporto”, enfatizou o reitor Aloisio Teixeira.

Além de trilhos e estradas, os passageiros também poderão chegar à Cidade Universitária pela água. Um projeto da professora Milena Bodmer, do Programa de Engenharia de Transportes (PET) do Coppe/UFRJ, prevê a criação

de uma “linha universitária” com estações de transporte aquaviário ligando a Cidade Universitária à Praia Vermelha e ao *campus* da UFF no Gragoatá, em Niterói. Os terminais contariam com pontos de integração com o transporte terrestre e centros de comércio e serviços. O empreendimento já contaria com recursos em torno de R\$ 17 milhões do BNDES. O projeto está elencado dentro das metas para o horizonte de 2016.

Alimentação

Foi inaugurado, em dezembro último, o Restaurante Universitário Central (RUC), localizado próximo à EEFD. A princípio, a unidade servirá 1.700 refeições e distribuirá outras 800 para o restaurante satélite da Faculdade de Letras (FL), já em funcionamento. Até o final de 2009, a professora do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) e coordenadora do Sistema de Alimentação, Lúcia Andrade, espera servir 4 mil refeições.

Inicialmente preparadas por uma empresa terceirizada, a meta é que, até 2020, todas as 30 mil refeições (incluindo almoço e jantar) sejam produzidas no RUC e parte delas distribuídas para as unidades satélites, incluindo o restaurante da Letras e as futuras unidades do CT e do CCMN. Estas unidades já estão em andamento e contarão com o fornecimento de mil refeições por dia. Com previsão de inauguração para outubro deste ano, os recursos destinados são da ordem de R\$ 1,1 milhão. Finalmente a unidade do CCMN, cujo projeto já está em licitação, foi concebida para oferecer

2,4 mil refeições diárias. Projetado em uma área de 1,6 mil m², o restaurante está orçado em cerca de R\$ 2 milhões e a inauguração está prevista para maio de 2010. “Estamos iniciando um processo que extrapola a questão assistencial. Este serviço não foi estruturado apenas para fornecer alimentação, mas, especialmente, para promover uma construção coletiva, cumprindo a nossa missão institucional de realizar atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão”, frisa Lúcia Andrade.

Bibliotecas

A proposta do CTPD é reunir as obras raras, teses e documentos sobre a história da UFRJ na Biblioteca Unificada, a ser instalada em uma área de 2,7 mil m², na entrada do Centro de Tecnologia. Atualmente, o acervo da universidade está distribuído em 27 bibliotecas, nem todas em condições de abrigar os volumes. “As pequenas bibliotecas geram muita despesa e não contam com pessoal suficiente para o atendimento”, avalia a coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI), Paula Maria Abrantes Cotta de Mello.

A Biblioteca Central está orçada em cerca de R\$ 4 milhões, tem inauguração prevista para maio de 2010. Além desta, estão previstas unidades menores, localizadas nos centros de convergência para atender ao público específico de cada área do conhecimento. A intenção do CTPD é criar instalações em condições de preservar livros raros e espaços confortáveis para pesquisa e estudo, inclusive espaços para consulta de material audiovisual.

Residências Universitárias

Visando facilitar o acesso de professores, estudantes e técnico-administrativos às unidades acadêmicas e deixar como sombra de um passado distante o conceito de alojamentos isolados, estão sendo pensadas residências universitárias. Mais que a construção de prédios de apartamentos, a proposta do CTPD é de uma política habitacional que atenda aos atuais moradores da Cidade Universitária e que atraia ainda mais residentes, em condições de moradia que aliem conforto, qualidade de vida e comodidade, além do acesso a transporte, lazer e serviços.

Para a diminuição da evasão universitária – um dos objetivos do Plano de Reestruturação e Expansão da UFRJ, a partir do qual foram traçadas as Diretrizes do Plano Diretor – o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária tem como prioridade as moradias sociais (subsidiadas pela universidade),

“Estamos pensando em residências dignas para todos. Nossos filhos não se alojam, eles residem.”

Carlos Bernardo Vainer, representante titular do CCJE no Consuni, sobre a política de residências universitárias

**Plano
Diretor
UFRJ 2020**

uma das ações de assistência estudantil. Serão três ou quatro estudantes residindo em apartamentos equipados com sala, banheiro, cozinha e dois ou três quartos. Estas seriam 2.500 das 10 mil totais previstas no horizonte de 2020.

A solução para atender professores, técnico-administrativos e os demais alunos que não requeiram assistência estudantil será a locação social. O projeto já conta com o interesse de implantação do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal e seria pioneiro no âmbito universitário nacional. A proposta consiste na concessão de financiamento acessível para locação de moradias (dois ou três quartos) com acesso a serviços de qualidade. Os edifícios contemplarão espaços de uso coletivo, como área de lazer, salas de estudo e equipamentos esportivos. A intenção é agregar pessoas de diferentes classes sociais num mesmo espaço, evitando a reprodução dos guetos existentes para além dos limites da Cidade Universitária.

Já foram esboçadas as idéias para os prédios residenciais nas áreas do CFCH-CLA e do CCMN, onde seriam criadas unidades para 252 vagas cada. No Centro de Convergência da FAU, haveria outras 133 vagas. O projeto do CCMN, já em andamento, está estimado em torno de R\$ 5,4 milhões em uma área de cerca de 4,6 mil m². A previsão de inauguração é em julho de 2011.

Meio ambiente

Um dos maiores desafios para a universidade nos próximos anos será criar uma Política de Responsabilidade Ambiental e Energética. Nos pilares dessa política, que beneficiará não apenas a UFRJ, como a cidade e o estado do Rio de Janeiro, está a despoluição dos canais do Cunha e do Fundão. Com o orçamento estimado em R\$ 194 milhões, a obra prevê a dragagem e desodorização de 3 milhões de metros cúbicos de material orgânico, que possibilitará a gradual recuperação dos ecossistemas, além da retomada do fluxo das correntes marinhas e da geografia original da região. Uma solenidade realizada no último dia 9 de fevereiro, na Estação Experimental de Tratamento de Esgoto da UFRJ, deu início à empreitada, uma parceria entre Petrobrás, Governo do Estado e UFRJ.

A professora Alessandra Magrini, do Programa de Planejamento Estratégico (PPE), do Coppe, é a idealizadora de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que tem o Centro de Tecnologia como protótipo. A idéia é fazer um levantamento nos laboratórios acerca de quatro áreas básicas: água, resíduos, energia e segurança. “Uma vez feito, começaria-

mos a aplicar uma norma que pode ser a ISO 14000 ou outra certificação. Se a UFRJ conseguisse esta certificação, seria pioneira entre as universidades do país”, aponta.

Segundo Magrini, o objetivo é criar um programa integrado que estabeleça uma coleta seletiva de lixo, segurança contra incêndio, consumo racional de água e energia. “Temos que pensar a questão dos resíduos e da segurança. Não sabemos direito o que circula no lixo do CT. Temos alguns laboratórios certificados quanto a prevenção de incêndios e outros não. Mas se um explodir, o outro explode também”, adverte.

A pesquisadora alerta para a necessidade de parcerias e de ação conjunta de toda a UFRJ, coordenada pela Administração Central. “Precisa haver vontade política das várias esferas da universidade”, afirma. “Além disso”, continua, “uma mudança de cultura desta natureza envolve recursos. Nós temos diversas empresas e centros de pesquisa instalados dentro do *campus* que poderiam aderir a este projeto, como o CENPES/Petrobrás (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello), o CETEM (Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência e Tecnologia), o CEPTEL (Centro de Pesquisa de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia) etc. Sem investimentos é impossível até mesmo mobilizar os estagiários, porque não haveria disponibilidade de bolsas”, reivindica.

Outra idéia capaz de integrar a proposta de uma universidade mais racional no consumo de energia e na reutilização dos resíduos é a usina de lixo, elaborada pelo engenheiro Sérgio

Guerreiro, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, cedido ao Coppe. Guerreiro utiliza o sistema do Ciclo Combinado Otimizado (CCO), que gera energia através dos gases provenientes da queima do lixo combinado a gás natural. A proposta, que já conta com o interesse de Furnas-Eletróbás, tem uma eficiência energética de 33% (maior do que modelos utilizados em países como Espanha, Estados Unidos e Japão) e uma economia de cerca de 200 kW por hora para o orçamento da universidade.

Serviços urbanos e espaços comerciais

A exemplo de comunidades com boa qualidade de vida, os Centros de Convergência serão como pequenos bairros munidos de serviços de todos os tipos, entre eles, os espaços comerciais. Os moradores destes bairros universitários terão papelarias, lanchonetes, padarias, armazéns, livrarias e farmácias, posto de saúde, praças, quadras de esporte e piscinas, entre outros.

Além do pequeno comércio, está nos planos a construção de um centro comercial que abrigará teatros, cinemas e espaços para exposições. A demanda de um espaço como este foi percebida a partir da pesquisa do LaDO, em que 50% dos entrevistados manifestaram o desejo de ter uma sala de cinema nos limites da Cidade Universitária. Cerca de 40% tem a necessidade de um espaço para teatro e 36%, para exposições. Segundo estudos do CTPD, a área com vocação para receber tal instalação será a proximidade da futura Administração Central, onde será instalada a estação da Supervia.

Pólo de esporte e lazer

Os Centros de Convergência serão ocupados ainda com equipamentos e instalações esportivas para uso coletivo, como parte do conceito de qualidade de vida proposto pelo Plano Diretor. Uma das propostas é a criação de uma área, às margens da Baía de Guanabara, que serviria para a educação e preservação ambiental da região e para lazer, tráfego de bicicletas, parque de esculturas e eventos, entre outras manifestações artísticas.

Além disso, saltou aos olhos do CTPD o projeto dos professores Armando Oliveira, coordenador de Extensão, e Waldyr Mendes Ramos, diretor da EEFD, da criação do Complexo Integrado de Atividade Física (CIAF). A proposta, em módulos, abrange a construção de um ginásio poliesportivo com arquibancadas para 5 mil espectadores, uma pista de atletismo – conforme as determinações da International Association Athletics Federation (IAAF) – estádio de futebol para 2 mil espectadores e um parque aquático com três piscinas e capacidade para 800 torcedores.

Nos módulos complementares estão previstos ainda a construção de um ginásio de lutas, arena olímpica – para atividade como vôlei de praia e outras modalidades praticadas na areia – uma instalação para ginástica artística e ginástica rítmica, além de um clube sócio-esportivo, laboratório de atividades interdisciplinares – como Fisiologia, Biomecânica e Neurologia – espaços multimídia, infantil, de artes e cultura e pólo náutico, que prevê a instalação de raia olímpica para competições. “As instalações dos bairros precisam ser de tal forma que provoquem a atividade

Equipe Técnica do Plano Diretor



O novo Restaurante do CT vai servir cerca de mil refeições por dia.

PARA CONSTRUIR O ABERTO

“O Comitê Técnico cumpriu o seu papel. Acho importante que se perceba este trabalho não apenas como do CTPD, mas da universidade como um todo. As críticas e opiniões devem ser canalizadas.”
Aloisio Teixeira, reitor da UFRJ

física não-intencional, como caminhada e pedalada, por exemplo. Já no CIAF, o objetivo é o esporte de rendimento, a qualificação”, define Mendes Ramos.

O projeto vem ao encontro das pretensões do Rio de Janeiro de sediar eventos esportivos internacionais de grande porte. Além de atuar como sede de competições e treinamentos, o CIAF poderá servir de legado para os cariocas e atender a uma demanda de projetos sociais das comunidades do entorno. “Faremos um estudo das comunidades vizinhas para saber quais as suas demandas com relação a atividade física, esporte e lazer. Queremos saber como aumentar o número de potenciais atletas e de outros profissionais do esporte. Se descobirmos um talento, ele continua no esporte. Se não, ele pode atuar em outra área, mantendo contato com o esporte e atuando na comunidade como um antropólogo, psicólogo ou médico desportivo”, explica Oliveira.

Pólo de cultura e museus

Foi constituído um subcomitê para elaborar propostas para a criação de um pólo difusor dos acervos existentes na UFRJ. Coordenado pelo professor Carlos Vainer, do IPPUR, o grupo já vem analisando como a Cidade Universitária poderá se tornar um espaço para exposições e visitação de estudantes da rede pública e demais interessados. Já foram feitos contatos com coordenadores de iniciativas neste sentido, como Ismar Carvalho e Emílio Velloso, coordenadores do recém-inaugurado Museu de Geociências.

A professora Diana Maul, coordenadora de Extensão da Faculdade de Medicina (FM), e integrante do subcomitê já identificou dentro dos domínios do CCS algumas unidades com possibilidade de contribuir para este pólo. “No Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, encontramos aparelhos que ilustram as mudanças tecnológicas da área e que poderiam ser parte desse acervo”, exemplifica. Para Vainer, a universidade deve cumprir a sua vocação de “disponibilizar seu acervo através de exposições temporárias, permanentes e também virtuais”.

Segurança pública

Começa a funcionar a partir de março o Sistema de Controle e Cadastramento de Veículos. Implantado pela Prefeitura da Cidade Universitária, o sistema contará com cancelas, redutores de velocidade, câmeras de vigilância, central de controle interligada aos carros da Divisão de Segurança (Diseg) e às guaritas dos portões.

Para verificar quem transita no *campus*, serão utilizados dois softwares desenvolvidos pelo Departamento de Ciência da Computação do Instituto de

Matemática (IM), coordenado pelo professor Antônio Carlos Thomé: o Kapta e o Saprus. O primeiro monitora as placas de todos os veículos dentro do *campus*. A Central de Controle então acessa o banco de dados e identifica o carro. Caso haja suspeita, os vigilantes podem alertar as guaritas para interceptar o veículo, ou até mesmo acionar o 17º BPM. Já o Saprus é um programa que possibilita aos motoristas o cadastro, via intranet, da placa de seus carros, o que garante maior segurança aos usuários do *campus*.

Com uma política de vigilância preventiva, a fama de local perigoso ficou para trás. Três novos carros passaram a integrar, a partir de janeiro, a frota da Divisão de Segurança da Prefeitura Universitária (Diseg). Em rondas constantes e viaturas com dispositivos de comunicação, a Prefeitura conseguiu reduzir os índices de violência na Cidade Universitária. “A ronda foi decisiva para a drástica redução de ocorrências”, avalia o prefeito Hélio de Mattos Alves, em entrevista à *WebTV* da UFRJ.

Mesmo assim, segundo a Política de Segurança Pública do Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária, “níveis mais elevados de densidade e uso constituem, em si mesmos, elementos que aumentam o nível geral de segurança”. Mais uma vez, a resposta está nos Centros de Convergência, que ocuparão os imensos vazios territoriais e as áreas ociosas de hoje.

Infraestrutura e comunicação

Uma nova política de infraestrutura e redes de comunicação servirá como

suporte para todas as demais políticas a serem desenvolvidas. Abrangerá uma rede de sistemas de telefonia e telecomunicações, iluminação pública, energia (por uma subestação com rede própria de distribuição), transmissão de dados, rede wireless, infraestrutura para o futuro Centro de Ensino à Distância, rede de águas pluviais, água e esgoto, entre outras.

Também fazem parte dos planos do CTPD a constituição de uma “Cidade Comunicativa”, com a instalação de telões, dispositivos de áudio e outros equipamentos de difusão audiovisual pelos diversos centros de convergência e demais espaços comuns para a transmissão de eventos simultâneos em locais distantes na Cidade Universitária. Serão também veículo para os conteúdos produzidos pela Coordenadoria de Comunicação da UFRJ (CoordCOM), em seus canais como a *WebTV*, *Olhar Virtual*, *Olhar Vital* e *Jornal da UFRJ*.

Praia Vermelha e Unidades Isoladas

No final de março, um novo documento contendo as propostas de Ocupação e Uso da Praia Vermelha e das Unidades Isoladas será apresentado. Para a formulação deste documento, foram constituídos pela resolução 14/2008 do Consuni os grupos de trabalho que definirão as vocações não só da Praia Vermelha, como também dos terrenos do IFCS, Faculdade de Direito, Colégio de Aplicação, Escola de Música, Museu Nacional, Observatório do Valongo, Museu Nacional, Escola de Enfermagem Anna Nery, Hospital Escola São Francisco de Assis, do terreno localizado na praça

da República 22, da Maternidade Escola e da Casa do Estudante.

Algumas sugestões já povoam as idéias dos integrantes do CTPD, mas ainda terão que passar pelas instâncias acadêmicas, sempre respeitando uma das Diretrizes do Plano Diretor, expressas na Resolução 10/2008 do Consuni, de “garantir a inalienabilidade do patrimônio e planejar o uso das instalações não utilizadas”. Entre elas, a criação de um centro de convenções e de um hotel-escola na Praia Vermelha, aproveitando o mal explorado potencial turístico da região; a criação de uma Universidade Livre do Trabalhador, possivelmente no prédio atualmente ocupado pelo IFCS, onde seriam ministrados cursos noturnos para a população em geral; e o Museu da Constituição, quiçá no atual prédio da Faculdade de Direito, com um acervo de documentos e registros das cartas magnas que vigoraram ao longo da história do Brasil.

Até 2020, a constituição do corpo universitário sofrerá grandes mudanças. Serão necessárias adaptações do Plano Diretor à realidade da universidade. Além disso, novos conhecimentos, manifestações e questionamentos serão gerados pelas diversas áreas. Está previsto um processo permanente de revisão das políticas apresentadas, bem como a implantação de novas diretrizes. Na prática, o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária necessitará da constituição futura de mecanismos permanentes de debate para a reavaliação e continuação do Plano Diretor UFRJ 2020, para além de uma Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.

Equipe Técnica do Plano Diretor



○ Não aguardado Restaurante do CCMN tem previsão de inauguração para maio de 2010.



A reconstrução do Imperialismo

Coryntho Baldez

Maior crise econômica desde a Grande Depressão e duas guerras em curso são desafios titânicos que tornam incerto o futuro do novo ocupante da Casa Branca.

Coryntho Baldez

A cabar como um Franklin Roosevelt às avessas deve ser o maior temor de Barack Hussein Obama. Afinal, os paralelos não cessam e o presidente do *New Deal* já entrou para a história norte-americana como o homem, quase mito, que livrou os Estados Unidos da tormenta da Grande Depressão, nos anos de 1930. Agindo com rapidez, Roosevelt conseguiu aprovar 15 leis no Congresso, em três meses, executou amplo programa de investimentos públicos e usou o carisma para reconquistar a confiança da população nas engrenagens do sistema econômico-financeiro.

Pegando pela proa crise econômica da mesma magnitude, ou até mais grave, Barack Obama também vem buscando disseminar entre os norte-americanos a convicção de que a adversidade é passageira. “A América vai se reerguer”, tem assegurado em seus discursos. Mas, além de recuperar uma economia em brutal desaceleração – mais de dois milhões de postos de trabalho foram fechados nos últimos quatro meses – terá que lidar com o desgaste interno e externo provocado pelas guerras do Iraque e do Afeganistão e com um déficit projetado para este ano de U\$ 1,2 trilhão. Desafios para Roosevelt nenhum botar defeito.

A difícil reconstrução

O professor titular do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, Fernando Cardim, afirma ser preciso conter expectativas em relação à possibilidade de Obama obter êxito pleno com uma espécie de outro *New Deal*. Ele aponta dois problemas a atacar. O primeiro é controlar a crise e começar a sair dela, o que exige a adoção de políticas como as que estão sendo propostas. Ressalta, entre elas, “o investimento público para ativar a demanda agregada, dar confiança à economia, fazer com que o fantasma do desemprego seja afastado, que os consumidores voltem a consumir e que empresas voltem a investir”, diz o especialista em macroeconomia. Mas ele lembra que esse “pacote” de Obama difere do *New Deal*, “que não se constituiu fundamentalmente de medidas de expansão da demanda agregada”.

A segunda tarefa, para Cardim, é reconstruir a economia americana e a do resto do mundo, após o fracasso do modelo liberal inaugurado no período de Ronald Reagan na presidência. Ele assinala que o fim da desregulação financeira e da passividade do setor público com relação ao emprego e à renda são essenciais para que o capitalismo norte-americano volte a ter dinamismo e a crescer, com uma estrutura de distribuição de renda menos retrógrada do que a do período liberal. “É nesse aspecto que o *New Deal* mudou a face da sociedade americana, mas ainda não se sabe bem quais são as idéias do presidente a respeito desses problemas”, comenta.

Já para o também professor do IE, Reinaldo Gonçalves, o pacote que Obama apresentou imediatamente após a posse é essencialmente um *New Deal*, abrange políticas de aumento de gastos públicos e de redução de impostos. No entanto, afirma que esse tipo

Um legado de conflitos

Na era Bush, os Estados Unidos se meteram em guerras que causaram fortes estragos em suas relações internacionais. O conflito no Iraque tem sido o de efeito mais devastador. Muitos já perceberam que ele não tem nada a ver com altruísmo civilizatório, mas com o interesse energético dos Estados Unidos no petróleo do Oriente Médio. Com a eleição de Obama, criou-se uma expectativa favorável em relação ao uso maior da diplomacia internacional, em contraposição à política beligerante de Bush. Para o professor do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, Fernando Cardim, é preciso cuidado com as expectativas exageradas a respeito de mudanças na era Obama.

Ele frisa que, por um lado, o novo governo herda problemas deixados pelo anterior que, a essa altura, são de solução difícil. “Os Estados Unidos não deveriam ter invadido o Iraque. Invadiram e agora devem sair, mas são os responsáveis pela anarquia que se seguiu à invasão e pelo que venha a acontecer no país. O mesmo vale para o Afeganistão. Não se pode entrar em um lugar, quebrar toda a mobília, dizer ‘opa!’, foi um engano”, e sair assobiando. Os Estados Unidos têm de ver como podem reduzir os danos que causaram”, assinala.

Por outro lado, Fernando Cardim diz que Barack Obama está inaugurando a recuperação de valores éticos, ao condenar a tortura e dar ordem para fechar a prisão de Guantánamo. “Depois de oito anos do mais catastrófico governo que aquele país teve em tempos modernos, isso representa um progresso, embora, olhando

bem, é pouco mais do que sair da barbárie em que os Estados Unidos tinham caído com a eleição de Bush, a começar pelo virtual roubo da presidência pela Suprema Corte, em 2000. Curiosamente, o presidente Obama vai se beneficiar do fato de vir depois desse fundo de poço, porque qualquer ato de humanidade, por mais trivial que possa parecer, será uma revolução em comparação com Bush e Cheney”, comenta.

O professor de Economia Internacional do IE, Reinaldo Gonçalves, tem uma visão cética a respeito do governo Obama. O poder do complexo industrial-militar estadunidense continuará predominante no governo Obama, analisa Gonçalves, independentemente do fim de Guantánamo, “que expressa a atuação dos Estados Unidos no auge da sua expansão imperialista, na segunda metade do século XX”. O complexo de Guantánamo, segundo ele, é base militar e campo de concentração, o que compromete a projeção internacional de qualquer nação, principalmente daquela que valoriza a democracia na sua atuação internacional e que tem sido a principal responsável pela atual crise econômica global. Para o economista, Guantánamo perdeu funcionalidade para o *establishment* político-militar dos Estados Unidos e, por isso, será fechada.

De acordo com Reinaldo Gonçalves, todo império combina alta propensão à beligerância com diplomacia pró-ativa e essa dosagem depende de muitos fatores, inclusive dos grupos dirigentes. “A minha percepção é que Obama ainda é uma incógnita e, portanto, representa risco e incerteza nas relações internacionais”, completa.

fechar buraco, segundo a visão dos keynesianos e dos conservadores”. O pacote de Obama, sustenta Reinaldo Gonçalves, é convencional e só mitigará os efeitos da crise econômica, sem resolvê-la.

O círculo vicioso

Uma das metas de Barack Obama é criar três milhões de empregos até 2011, investindo em infraestrutura e modernização de escolas. Se terá êxito ou não, vai depender das medidas que sobreviverão às negociações com o Con-

gresso e do estado de confiança da população, segundo Fernando Cardim. Ele frisa que Obama se beneficia de uma popularidade ímpar e tem agido, até agora, de modo a confirmar as melhores expectativas no campo doméstico. Ressalta ainda que os três milhões de empregos não serão criados pelo governo ou diretamente pelo pacote que pretende injetar U\$ 800 bilhões na economia norte-americana. “Esses novos postos de trabalho serão criados se o pacote for bem-sucedido na recuperação de um nível mínimo de confiança no futuro que convença consumidores e empresas a reagir. Se isso não acontecer” avalia, “teremos o Japão dos anos 90, ou seja, uma população tão assustada com a possibilidade de desemprego que poupava qualquer aumento, ao invés de gastar, contraindo a demanda e impedindo as empresas de contratar e de investir, em um círculo vicioso fatal.”

Reinaldo Gonçalves faz análise parecida ao comentar a promessa de criação de empregos feita pelo presidente norte-americano. Para ele, tudo depende do volume de recursos despendidos pelo governo, do conjunto de outras medidas mais estruturantes, da reversão das expectativas do setor privado estadunidense e do desempenho do resto da economia mundial. “A visão relativamente otimista é que os Estados Unidos poderão sair da crise no horizonte 2010-2011. Penso, inclusive, que os Estados Unidos sairão da crise bem antes do Brasil”, prevê.

Protecionismo redutivo

Uma das medidas do pacote de Obama que mais causaram polêmica foi a cláusula *Buy America*. Ela previa que as obras de infraestrutura financiadas pelo governo só poderiam utilizar minério de ferro, aço e bens manufaturados de empresas americanas. Emparedado pela acusação de protecionismo, feita por liberais do mundo inteiro, Barack Obama fez um *mea culpa* em relação à proposta, que foi modificada pelo Senado no dia 4 de fevereiro. De acordo com a emenda, os acordos comerciais internacionais não podem ser violados.

Fernando Cardim considera inevitável que o protecionismo reapareça em um período de crise profunda como o atual. Segundo ele, essa polêmica é saudável porque “um mundo em que todos se fechem, como na década de 1930, pode levar à politização de conflitos econômicos e a história mostra como isso é perigoso”. Por outro

de política tem fôlego curto. Mesmo durante os anos 30 do século passado, salienta, o *New Deal* não logrou tirar a economia estadunidense da crise econômica que eclodiu em 1929. “A solução para ela foi a II Grande Guerra. Os Estados Unidos começaram vendendo equipamentos militares e, a partir de 1941, entraram diretamente no conflito armado”, frisa o professor titular de Economia Internacional da UFRJ. Segundo ele, a solução para graves crises econômicas não é “tíquete-alimentação ou abrir-e-

lado, lembra que a primeira obrigação de um governo é com seu próprio país e a saída de uma crise como essa está mesmo no mercado interno. “Essa medida norte-americana é um lembrete importante de que todos nós temos de estar prontos a promover o mercado interno e, se necessário, defendê-lo até que se possa, coletivamente, vislumbrar uma situação melhor”, observa.

Na opinião de Reinaldo Gonçalves, as propostas para proteger a indústria doméstica são corretas. “Em época de crise, são necessárias medidas protecionistas, ou seja, é tempo de ‘farinha pouca, meu pirão primeiro’. Os europeus logo começarão a implementar medidas protecionistas. Somente o governo Lula, que aprofunda um modelo liberal periférico de terceira classe, é que continua firme nas medidas de liberalização e desregulamentação”, afirma o economista, que lançou, em coautoria com Luiz Filgueiras, o livro *A Economia Política do Governo Lula*, pela editora Contraponto.

Supremacia ou multilateralismo?

No âmbito externo, Reinaldo Gonçalves crê que a situação de crise arrefeça exercícios unilate-

rais de supremacia dos Estados Unidos em relação a outros países. No entanto, alerta que essa é uma situação passageira. Afirma que os Estados Unidos são, e continuarão sendo no futuro próximo, a locomotiva do sistema econômico internacional e a liderança maior no plano militar. E lembra que a sua hegemonia cultural também só tem aumentado. “Não me surpreenderia que, resolvidos os maiores problemas econômicos e sociais nos Estados Unidos, a atuação externa mais agressiva do império continuará atendendo aos interesses dos setores dominantes. Seria preciso uma grande ruptura com o seu processo de formação histórica para que o país-império não desempenhasse o papel de país-império. Neste sentido, Obama não muda nada”, analisa. Ele observa, ainda, que a América

Latina é cada vez menos importante para os Estados Unidos. No continente, de acordo com o economista, o que incomoda à potência do Norte são os governos com projetos de orien-

“Em época de crise, são necessárias medidas protecionistas, ou seja, é tempo de ‘farinha pouca, meu pirão primeiro’.
Os europeus logo começarão a implementar medidas protecionistas. Somente o governo Lula, que aprofunda um modelo liberal periférico de terceira classe, é que continua firme nas medidas de liberalização e desregulamentação.”

Reinaldo Gonçalves

tação socialista, como Venezuela, Equador e Bolívia, e os que adotam políticas nacionais, como Argentina. “O restante dos países da região, inclusive os dois maiores, Brasil e México, têm governos marcados por grande docilidade. O governo Lula tem sido parceiro dos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio, o que contrariou grande maioria dos países em desenvolvimento na última reunião em Genebra e praticamente implodiu o G-20”, critica.

Fernando Cardim acredita que a reintrodução de uma postura mais multilateralista

nas relações internacionais é, em si, saudável, embora ressalte que, depois do desastre da administração de George W. Bush e de seu vice, Dick Cheney, “qualquer ato pode significar enorme progresso na recuperação de relacionamentos civilizados entre nações”. Por outro lado, adverte que é preciso “não confundir as coisas”. Lembra que, depois de Roosevelt, o governo mais progressista dos Estados Unidos no plano doméstico foi o de Lyndon Johnson, embora tenha ficado marcado internacionalmente pela escalada da guerra no Vietnã. “Hoje em dia, Johnson não é lembrado pela sua importância na promoção e defesa dos direitos civis e políticos da população negra americana, que muitos pensam ter sido obra de Kennedy, e na extensão do sistema de proteção social e defesa do pleno emprego. Ele é lembrado pela agressão desmedida no Vietnã”, frisa. Já Bill Clinton, prossegue Cardim, foi extremamente conservador domesticamente – “Paul Krugman lembrou que ele estaria à direita de Richard Nixon” –, mas razoavelmente democrático internacionalmente. “Não há relação única entre o progressivismo doméstico e a postura internacional, infelizmente”, sentencia.

“Preparar a nação para uma nova era”

“(…) Que nós estamos em meio a uma crise é agora bem sabido. Nossa nação está em guerra, contra uma rede de longo alcance de violência e ódio. Nossa economia está bastante enfraquecida, em consequência da ganância e irresponsabilidade por parte de alguns, mas também por nosso fracasso coletivo em fazer escolhas difíceis e preparar a nação para uma nova era. Casas foram perdidas; empregos cortados; negócios fechados. Nosso sistema de saúde está muito dispendioso; nossas escolas fracassam com muitos; e cada dia traz novas evidências de que as formas como usamos a energia fortalecem nossos adversários e ameaçam nosso planeta.

“Esses são os indicadores da crise, assunto de dados e estatísticas. Menos mensurável, mas não menos profundo, é o enfraquecimento da confiança ao longo de nossa terra – um medo repetido de que o declínio da América é inevitável, e que a próxima geração deve diminuir suas perspectivas.

“Hoje eu digo a vocês que os desafios que nós enfrentamos são reais. Eles são sérios e são muitos. Eles não serão vencidos facilmente ou em um período curto de tempo. Mas saiba disso, América: eles serão vencidos.

“(…) Nós permanecemos a mais próspera e poderosa nação da Terra. Nossos trabalhadores não são menos produtivos do que quando essa crise começou. Nossas mentes não têm menos imaginação, nossas mercadorias e serviços não são menos necessários do que eram na semana passada, no mês passado ou no ano passado. Nossa capacidade permanece a mesma. Mas nossa hora de proteger interesses estreitos e adiar decisões desagradáveis – esse tempo certamente passou.

“Começando hoje, nós precisamos nos levantar e começar de novo o trabalho de reconstruir a América. (...)”

Excertos do discurso de posse de Barack Hussein Obama II, o 44º presidente dos Estados Unidos, proferido em 20 de janeiro de 2009.



reprodução

Relatório divulgado por pesquisadores do Instituto de Economia mostra que a desigualdade racial vem diminuindo, nos últimos anos, no Brasil, sobretudo devido às políticas públicas. Contudo, ainda há muito que fazer e pouco o que comemorar.

Bruno Franco

Desigualdades raciais

O Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008 foi elaborado e divulgado pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Desigualdades Sociais (Laeser), do Instituto de Economia (IE), com o propósito de medir as desigualdades sociais, em nosso país, por intermédio de indicadores econômicos, sociais e demográficos.

De acordo com Marcelo Paixão, diretor de graduação do IE e coordenador do Laeser, o objetivo do relatório é “mensurar *gaps*, mensurar assimetrias; mas, não fazer contas pelas contas. Consideramos estes fundamentais em um processo democrático que tem, necessariamente, de passar pela participação mais ativa da população afrodescendente na vida político-social do país, coisa, imagino, que nenhuma pessoa em sã consciência vá dizer que é, atualmente, justa. As mudanças são fundamentais, pois queremos uma sociedade, no seu conjunto, mais equilibrada”, explica o professor.

Paixão afirma que sua geração acreditou que a democracia traria um projeto de justiça social, aprofundando instrumentos de participação, de representação popular. “Mas chegou um momento no qual foi necessário refletir o que impedia a radicalização do processo democrático. Saber quais atores estão fora desse jogo”, alude.

“O fato é que a população negra não participa. Temos poucas lideranças negras na vida política do país”, lamenta-se Paixão. Perante esse quadro, a universidade pode ajudar conceitualmente – acredita o economista – problematizando o modo de funcionamento da sociedade, por meio de estudos e pesquisas, de modo a permitir que ela desenvolva mecanismos mais precisos para a autorreflexão. “Por isso, o relatório está tão baseado em estatísticas sociais. Pode ajudar a quantificar o tamanho das diferenças, pode ajudar as pessoas a medir o tamanho das sequelas que as práticas discriminatórias contra os negros podem causar no acesso ao emprego, à educação, ao poder político”, esclarece.

Educação desigual

O relatório apresenta diversos índices que atestam o caráter excludente da sociedade brasileira. No que tange à escolaridade básica, por exemplo, o Brasil tinha, em 2006, 14,4 milhões de analfabetos, com 15 anos ou mais. Desse contingente, 67,4% eram negros ou pardos. Não

obstante, de 1995 a 2006, o número de analfabetos diminuiu 24,7% no país.

Por outro lado, a universalização do sistema de ensino básico fez, praticamente, desaparecer a desigualdade no acesso às escolas de nível fundamental. O acesso das crianças, brancas ou negras, a essa modalidade de ensino excede os 97%.

Em relação às taxas de alfabetização funcional (definida como quatro anos de estudos completos), nos dez anos avaliados pelo relatório, para estudar a evolução do quadro racial no país (1995-2006), o avanço entre as pessoas brancas foi de nove pontos percentuais (de 74,2% para 83,2%) e de 16,8% entre os negros e pardos, chegando a 71,1%.

A inadequação da idade das crianças em relação à série que cursam continua sendo um problema, que independe da cor, mas afeta de maneira mais severa negros e pardos. Em 2006, a taxa de adequação das crianças negras chegou a 52,3%, praticamente o mesmo das crianças brancas uma década antes (que agora atinge 62,2%). No ensino médio, a adequação de brancos e negros é de, respectivamente, 48,2% e 29%.

Partindo desses dados, o relatório conclui que o sistema brasileiro de ensino combinou a forte expansão das vagas com a perda correspondente de qualidade. Porém, isso incidiu de maneira desigualmente desfavorável para as crianças negras e pardas.

No entendimento do Laeser, isto significa que sobre esses jovens incidem outros obstáculos, tais como “discriminação racial presente nos espaços escolares e manifestada de diferentes formas: atitudes discriminatórias de professores, demais profissionais do ensino e colegas; livros didáticos perpetuadores de conteúdos preconceituosos ou de reforço à invisibilidade dos negros”.

No ensino superior, o progresso foi mais notável. Em dez anos, o número de universitários saltou quase quatro milhões e o peso relativo dos negros e pardos passou de 18,1% a 29,9%. Tal expansão se deu, em grande medida, pela adoção de políticas públicas, como as cotas raciais, o Prouni e o Fies. Segundo Paixão, a redução de alguns indicadores da desigualdade racial foi uma grata surpresa e sinaliza que o país não está diante de um impasse insolúvel. “Em alguns casos, identificamos essa redução de assimetrias a políticas públicas que foram voltadas

à população negra e que tiveram papel positivo, como as políticas de ação afirmativa nas universidades. Houve um aumento significativo da população negra no ensino superior”, analisa o economista. (Veja, nas páginas 3, 4 e 5, matéria sobre a questão das cotas nas universidades federais brasileiras.)

Em busca da igualdade

A população economicamente ativa (PEA) brasileira já contabiliza mais trabalhadores negros e pardos do que brancos. No entanto, em 2006, os trabalhadores brancos do gênero masculino recebiam remunerações 98,5% superiores às dos homens negros e pardos e 200% maiores às das mulheres negras e pardas.

A assimetria, contudo, vem caindo e um dos fatores responsáveis – apontados pelo relatório – é a valorização do salário mínimo, que no decênio analisado cresceu 63%, gerando efeitos sobre a população de renda mais baixa, na qual negros e pardos são predominantes. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, também são apontados como fatores importantes na redução da desigualdade.

No entanto, Paixão destaca que o relatório também trouxe surpresas negativas. “Entre 2000 e 2005, 3,3 negros foram assassinados por hora, no Brasil. Os negros respondiam por 40% das vítimas de homicídios, em 2000, e passaram a ser 60%, em 2005. Esse é um dado chocante, muito alarmante. Pois revela que essa nossa crise de segurança nas metrópoles tem uma incidência de cor”, relata.

Além disso, 8% da população branca e 18,8% de negros e pardos encontrava-se abaixo da linha da pobreza, em 2006, muito embora esse último percentual tenha se reduzido em 9,5%, desde 1995.

O relatório também destaca que as políticas de transferência de renda não estão incorporadas à estrutura normativa do país. Logo, o benefício pode ser retirado de acordo com o contexto político-econômico, o que gera uma relação de dependência política para com o Estado.

Em relação às políticas públicas pró-equidade racial, a iniciativa mais elogiada pelo relatório é o Programa Brasil Quilombola, instituído em 2004, pela Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) – articulando o trabalho conjunto de dez ministérios – e englobando medidas de regularização fundiária, saúde, sa-

neamento, habitação, eletrificação e educação.

Tratando os desiguais, desigualmente

Outro problema é o da representatividade. Em 2006, dos 513 deputados federais eleitos, somente 11 eram negros e 35 pardos, perfazendo 9% da composição da Câmara, ao passo que o mesmo contingente racial representava, à época, 49,6% da população do país. No Senado, a questão se agrava, sendo brancos 76 dos 81 senadores, ao passo que somente um era negro. “É ruim saber que a proporção de negros e de mulheres negras no sistema político e partidário brasileiro é tão aquém da sua representação na sociedade brasileira”, afirma Paixão.

O professor ressalta que a análise não pode ser estritamente econômica, pois há questões que dizem respeito ao sistema jurídico ou ao sistema simbólico que precisam ser problematizadas. “O país tem doze feriados nacionais e nenhum é dedicado às lutas dos povos negros e indígenas; e isso é algo importante de ser mencionado, pois o Brasil não é feito de uma única origem”, avalia.

Em defesa das ações afirmativas, Paixão destaca que tratar os desiguais desigualmente para corrigir as assimetrias existentes – que é o princípio filosófico que legitima essas ações – é também aplicado na fila dos bancos para idosos e deficientes e na progressividade do imposto de renda. “Quando o Estado interfere na economia para proteger a indústria nacional da competitividade de empresas internacionais, o que está fazendo é uma ação afirmativa. Pois, caso tivesse de concorrer em igualdade de condições, ela não conseguiria competir, pois lhe falta acesso a tecnologia e crédito”, complementa o economista.

Segundo Paixão, a controvérsia em relação à ação afirmativa somente existe quando ela é voltada à população negra, pois “aí se diz que é um tema menor, irrelevante, porque a escravidão acabou há pouco tempo”.

Para o economista, a sociedade brasileira é discriminatória. “Nós vivemos numa sociedade em que a cor da pele aumenta ou diminui a possibilidade de inserção ou de mobilidade social. Basta ligar a TV e assistir um comercial, um telejornal, para saber a posição que cada um assume. Isso mostra que devemos, Estado e sociedade, buscar uma solução”, conclui Paixão.

Jefferson Nepomuceno



Rodrigo Ricardo

“ Hepatite, escarlatina, estu-
pidez, paralisia, toxoplas-
mose, sarampo, esquizo-
frenia...” A gama de doenças que
espreita a humanidade inspirou os
Titãs, a banda de rock, para a com-
posição de “O pulso”. A tragédia
transformada em música canta o
mundo desigual, em que a morte
chega precocemente pela falta de
elementos básicos de saúde. A vida
resiste a descasos e desmandos do
poder público, enquanto pulsam os
mitos. “A imortalidade é uma obra
de ficção”, ressalta Diana Maul,
professora do Departamento de
Medicina Preventiva (FM), anali-
sando que mesmo diante de uma
distribuição de renda igualitária não
se conseguirá a erradicação de todas
as doenças. “Porém evita-se com
maior facilidade uma série delas.
Principalmente as relacionadas ao
alimento.”

Ao supor um Brasil que garan-
tisse água potável, coleta de lixo e
saneamento, Diana Maul vislumbra
os possíveis efeitos sociais. “São rei-
vindicações antigas, descritas como
direito de todos e dever do Estado,
mas que continuam à espera de re-

alização. Essas ações são possíveis e,
além dos benefícios imediatos como
o fim das diarreias infantis que ain-
da causam mortalidade, há impactos
indiretos e diferenciados sobre o
cotidiano da população. Imagine
acordar para trabalhar e não poder
tomar um banho ou ter que dividir
um banheiro com vinte pessoas. Há
uma questão de qualidade de vida
que influencia depressão, ansiedade
e, inclusive, os conflitos entre ho-
mens e mulheres”, afirma.

No imaginário coletivo perma-
nece a crença de que o progresso
vencerá a tudo, como se o desen-
volvimento tecnológico tivesse a
capacidade miraculosa de resolver
todos os males. “O avanço científico
é bem-vindo. A criação da vacina no
século XX talvez tenha sido o feito
mais eficiente em termos de preven-
ção contra doenças virais e bacteri-
anas”, afirma Diana Maul, destacando
que, por outro lado, atualmente há
um maior fluxo e velocidade de
pessoas, exigindo atenção constante
para prevenir novos vírus.

Segundo a professora, a expansão
urbana sobre as florestas também

Estado e população, delicada relação

traz graves conseqüências e indica o momento como propício ao estabelecimento de diferentes formas de relacionamento com outros seres vivos. “O discurso ambiental e a preocupação com as futuras gerações representam novidades históricas importantes. Aquilo que faço hoje pode estar interferindo nas doenças que meus netos enfrentarão”.

Ao invés da concepção de exterminar o inimigo, especialmente os vetores de doenças tropicais, Maul propõe um tratado de paz, a ser aplicado paulatinamente. “As políticas públicas de saúde não escapam às culturas em que estão inseridas. Há uma tradição da guerra, pregando o extermínio do rival. A política de paz sanitária é mais complexa”, explica Diana Maul, afirmando ser ilusória, por exemplo, a eliminação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da Dengue. “É uma inevitável convivência e, eventualmente, será preciso lutar. O mais interessante é a criação de condições que diminuam probabilidade e riscos de transmissão, doença e morte. Assim como inventamos novas armas científicas, eles também sofrem suas mutações. Sinceramente, ninguém suporta mais guerras e balas perdidas”, desabafa a professora.

Revolta da Vacina

Durante a gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o Rio de Janeiro vive em meio à pobreza e a uma infestação de ratos e insetos. Epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola provocam milhares de vítimas. Para reverter o quadro, inicia-se uma questionável modernização da cidade com a demolição dos cortiços do Centro e a expulsão dos moradores para os morros e a periferia. Em contrapartida, inauguram-se avenidas e amplia-se a rede de água e esgotos.

Personagem central deste período, o sanitarista Oswaldo Cruz convence as autoridades a decretarem a lei da vacinação obrigatória contra a varíola. Um exército de funcionários da saúde sai às ruas para vacinar as pessoas, mesmo que à força. Sem ser esclarecida, a população considera o ato como um abuso de poder. Bondes são incendiados e uma confusão se instala entre 12 e 15 de novembro de 1904. A revolta, inicialmente explicada pelas versões oficiais como resultado da ignorância popular, hoje é interpretada como uma reação legítima às condições sociais e à arbitrariedade daqueles tempos.

“Nós temos um Estado historicamente autoritário e elitista”, afirma o professor Roberto Medronho, do Departamento de Medicina Preventiva (FM), alertando sobre a necessidade de aumentar a eficácia das ações públicas. “Trata-se de um limite tênue entre o ato autoritário e aquele que traz benefícios coletivos.

A sociedade civil deve estar atenta para que os governos não extrapolem as suas prerrogativas dentro do Estado Democrático de Direito”.

De acordo com Medronho, o papel do Estado precisa ser constantemente analisado. Ele recorda a recente epidemia de dengue, quando o governo estadual chegou a anunciar que invadiria imóveis vazios. “A priori pode funcionar, mas também pode ser terrível. Além dos cuidados jurídicos, o Estado deve chamar a imprensa e os vizinhos para uma espécie de controle social”, enfatiza Medronho, indicando que a força somente deve ser aplicada como último recurso. “Nas ditas áreas carentes, não foi preciso arrombar porta nenhuma. Pelo contrário, as pessoas chamavam os bombeiros para entrar nas casas e verificar os possíveis focos de mosquitos. Quando as autoridades estão empenhadas, a população adere às campanhas”, afirma o professor.

Mente rebelde

Participante do III Seminário História das Doenças, evento bienal organizado pela Extensão do Centro de Ciências da Saúde (CCS), o professor Claudio Bertolli, do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Bauru, assinala que o viés autoritário da cultura brasileira ainda impera. “Não há um plano de ação estatal que integre e seja elaborado por toda a sociedade. Falta este diálogo e o povo fica como elemento passivo submetido às determinações dos especialistas, respaldados pelos poderes político e científico. Por acreditar que a população é incapaz

de raciocinar por conta própria, corriqueiramente acontecem situações de violência”, pondera Bertolli.

Ligado a pesquisas sobre a representação social da medicina, do corpo e das enfermidades, Bertolli classifica de “deplorável” a educação em saúde feita no Brasil. Ele cita o filósofo Umberto Eco, que conceitua a mente humana como naturalmente rebelde. “A oposição entre sociedade e estado precisa ser superada com informação e comunicação. Uma nova postura governamental é o primeiro ponto para um engajamento mais coletivo e sincero na defesa da saúde pública”.

Segundo Bertolli, o autoritarismo também se reflete na relação entre médico e paciente. Acometido por um sangramento na urina, ele relata um episódio ocorrido dentro de um consultório. “Tive algumas dúvidas sobre o meu problema. Então a médica disse: ‘como o senhor não é um preto analfabeto e sim professor universitário vou lhe explicar (sic)’. Confesso que fiquei boquiaberto. Não houve respeito pelo ser humano, mas por alguém da mesma hierarquia social, da mesma ‘tribo’ étnica”.

A professora Diana Maul recorda que em qualquer ramo há bons e maus profissionais. Ela aponta que os médicos não representam uma exceção. “Pertencem a uma elite, assim como jornalistas e outras categorias que puderam cursar uma universidade. A dificuldade de diálogo resulta da estrutura de nossa sociedade”, critica a professora, discordando que o médico deva restringir-se apenas ao lado biológico da doença. “Há aqueles sem visão política e aqueles com um amplo panorama social do país”, completa.

Até o início do século XX, as leis de controle sanitário eram extremamente rígidas. Atualmente as autoridades da Saúde não detêm poder de polícia, embora às vezes possam agir com rigor. “São intervenções delicadas, é difícil estabelecer limites. Por exemplo, quando se determina o isolamento de uma pessoa por suspeitar do contato com algum tipo de vírus. Trata-se de uma infração da liberdade individual, mas a medida pode prevenir a contaminação de uma comunidade inteira. Não há uma determinação precisa, cada caso deve ser tratado de um modo. As decisões precisam ser tomadas e eventualmente acontecerão erros e acertos”.

Diana Maul relata que, em 1989, na Secretaria Estadual de Saúde do Rio, telefonemas exigiam a retirada de um morador, portador de HIV, que circulava livremente pelo elevador do prédio. “Explicava que aquilo era discriminação e que a pessoa não representava nenhum risco. Mas essas denúncias revelam que parte da população cobra do Estado um papel policial. A AIDS inicialmente provoca medo e repúdio ao outro. A situação mudou devido à difusão do conhecimento e às campanhas de solidariedade”, analisa a professora, pontuando que a sociedade deve exercitar a cidadania para que o Estado não se torne autoritário e funcione de acordo com a maioria. “Mas o poder público não pode ficar esperando, pois tem um nível de responsabilidade maior e deve tomar decisões. Complicado é garantir a participação coletiva nas resoluções, quando há tanta diferença entre as pessoas. Difícil construir uma real democracia quando o básico da vida não é nada democrático”, conclui Diana Maul.



“As políticas públicas de saúde não escapam às culturas em que estão inseridas. Há uma tradição da guerra, pregando o extermínio do rival. A política de paz sanitária é mais complexa... É uma inevitável convivência e, eventualmente, será preciso lutar. O mais interessante é a criação de condições que diminuam probabilidade e riscos de transmissão, doença e morte. Assim como inventamos novas armas científicas, eles também sofrem suas mutações. Sinceramente, ninguém suporta mais guerras e balas perdidas.”

Diana Maul



Heitor Villa-Lobos

Maestro Universal

No quinquagésimo ano depois de sua morte, a obra de Villa-Lobos estará mais acessível aos músicos brasileiros.

Rodrigo Ricardo

“Considero minhas obras como cartas que escrevi à posteridade, sem esperar resposta”, afirmava o maestro Heitor Villa-Lobos (1897-1959). A mesma frase ilustra a lápide do autor que compôs aproximadamente mil canções ao longo dos seus 72 anos de vida. Autor de obras-primas como “Ária (ou Cantilena)” e “Tocata (ou O Trenzinho do Caipira)”, o artista teve parte de seu trabalho publicado por editoras europeias e norte-americanas, principalmente durante as suas temporadas parisienses (1927-1930). Até há pouco era difícil o acesso à sua obra para os músicos brasileiros; agora, as partituras vêm sendo revisadas por uma equipe de especialistas da Academia Brasileira de Música (ABM) para uma nova edição destinada à América Latina.

Pelo acordo com a editora francesa Max Eching – que detém a posse da maior parte das publicações – as vendas deste material, abaixo da linha do Equador, serão revertidas à ABM. Essa Academia foi fundada pelo próprio Villa-Lobos, em 1945, com o objetivo de reunir nomes ilustres para lutar em prol da cultura e da educação musical no Brasil. Como primeiro presidente da ABM, o compositor doou, em testamento, metade de seus direitos autorais à entidade para serem aplicados

na difusão da própria obra e da música brasileira.

A obra de Villa-Lobos figura como a de maior arrecadação de direitos autorais no exterior; ainda está longe de cair em domínio público, o que somente acontecerá em 2029, pela atual legislação, quando se completarão 70 anos da morte do autor. “É nosso principal recurso para sustentar a nossa estrutura, que envolve funcionários e um andar inteiro na Lapa, Centro do Rio”, explica o presidente da ABM, Ricardo Tacuchian.

Segundo Tacuchian, maestro e professor aposentado da Escola de Música (EM), da UFRJ, as edições estrangeiras são antigas e de má qualidade. “Em vida, Villa-Lobos assinou contratos com editoras

estrangeiras, alguns inclusive com cláusulas draconianas. Tanto que os nossos músicos precisam pagar a peso de ouro pela partitura de uma obra artística considerada um patri-

mônio espiritual brasileiro. Então fizemos um acordo; não havia a preocupação deles em fazer novas edições, por isso nós nos oferecemos, faremos sem cobrar nada pelo trabalho técnico de revisão. Em contrapartida, devolvemos as edições atualizadas para que eles a comercializem mundo afora. Porém, as vendas deste material na América Latina retornam à ABM e

ao Brasil. Antes, 90% destes direitos autorais ficavam com a Europa.”

Furacão criativo

Personalidade irrequieta, Villa-Lobos compôs compulsivamente e

alardeava: “Esse negócio de inspiração não existe em mim, eu nasci inspirado. Faço uma boa coisa ou uma porcaria”. Neste afã criativo, eventualmente algumas partituras ficavam com pequenos erros. “Ele raramente revisava suas obras, porque já estava compondo outras. Está evidenciada, portanto, a importância de corrigir algum esquecimento de anotação musical. Em absoluto se mexerá na essência de sua música, o que ocorrerá é algo semelhante a uma atualização ortográfica, até porque a linguagem musical é imutável”, explica Tacuchian, apontando Villa-Lobos como o inventor do marketing musical. “O Velho Mundo, a Europa, desde sempre cultivou uma imagem exótica a respeito da América. Villa-Lobos se aproveitou do fato, inventando histórias mirabolantes para chamar atenção sobre seu trabalho. Os jornalistas acreditavam, por exemplo, que ele havia seqüestrado a filha do pajé em plena selva amazônica.”

Um dos caminhos para compreender a dimensão deste carioca, nascido em março de 1887, passa pelo Museu Villa-Lobos, espaço localizado no bairro de Botafogo, dirigido pelo violonista Turíbio Santos. O também professor do Departamento de Cordas da EM descreve as primeiras impressões do contato com o célebre maestro. “Era uma mistura da eloquência de Darcy Ribeiro com a fisionomia de Arthur da Távola. Ele lembrava aquelas estatuetas antigas

“O Velho mundo, a Europa desde sempre cultivou uma imagem exótica a respeito da América.

Villa-Lobos se aproveitou do fato inventando histórias mirabolantes para chamar atenção sobre seu trabalho.

Os jornalistas acreditavam, por exemplo, que ele havia seqüestrado a filha do pajé em plena selva amazônica”.

Ricardo Tacuchian



de cabelo e charuto na mão. Aos quinze anos, o Hermínio Bello de Carvalho, que tinha um programa na Rádio MEC, pediu que eu fosse assistir a uma palestra de Villa-Lobos e anotasse tudo”, rememora Turíbio, compreendendo os motivos para fantasiar alguns episódios e impressionar os europeus. “As coisas não caem do céu. Os compositores, em especial, precisam provocar o público. Como não tinha grandes orquestras para executar sua obra, Villa-Lobos usou de outro meio para vender seu peixe, mas ele realmente fez uma viagem misteriosa, em 1958, pela Amazônia.”

Ainda menino, perto dos seis anos de idade, o pai ensina-lhe o clarinete e o violoncelo, além de exigir rigorosos exercícios musicais do filho. Tamanha cobrança levou o compositor a pronunciar: “Só sorri, depois que meu pai morreu”. Por conta da severa educação, precisou fugir de casa para aprender o violão, rotulado, no início do século XX, como instrumento de vadios. Ainda na infância, toma contato com as modas dos violeiros caipiras ao morar em cidades do interior, como Sapucaia, no Rio de Janeiro, e as mineiras Bicas e Cataguases.

De volta à então capital do país, vê surgir um novo gênero musical pelas ruas cariocas: o choro. Mesmo contrariando a família, Villa-Lobos mistura-se aos chorões e passa a estudar violão às escondidas. O fruto desse relacionamento propiciará, na década de 1920, a criação de 14 músicas, ciclo batizado de “Choros”. Considerado um de seus trabalhos mais importantes, mescla uma inédita sonoridade urbana a avançadas técnicas de composição. “A força da miscigenação é enorme no Brasil e se traduz em vários planos, inclusive na música. Isto permite que tenhamos grandes músicos populares clássicos como Pixinguinha e Ernesto Nazareth. Há música boa e ruim, e a chamada popular sempre forneceu elementos à música clássica. Villa-Lobos estava antenado àquele gênero nascente, o choro, e levou o gosto ao extremo, criando algo fantástico e repertório obrigatório para todo violonista”, enfatiza o professor Turíbio, fundador da cadeira de Violão, em 1980, na Escola de Música.

Revolucionário

Em agosto de 2008, após 37 anos, o ensino musical retorna por força de lei ao currículo escolar. Villa-

Lobos, por sua vez, sempre defendeu a obrigatoriedade como política de Estado e elaborou um ousado plano pedagógico para as escolas brasileiras. Em 1933, convidado pelo mestre Anísio Teixeira, então secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Villa-Lobos introduz o ensino da música e do canto coral nas escolas fluminenses.

Mais preocupado com o desenvolvimento da música do que com as facetas fascistas do governo Vargas, o compositor organiza megapresentações que reúnem cerca de 40 mil estudantes durante os anos de 1940. “O canto orfeônico (coral) foi um sucesso que correu todo o Brasil”, frisa o presidente da ABM, Ricardo Tacuchian, pontuando que a música era predominantemente feita através da voz humana, o que dispensa maiores investimentos. “A criança se exprime pelo canto. Ele partia do princípio de que o conteúdo a ser ensinado eram canções da própria tradição brasileira e que pertenciam à realidade dos alunos”, conclui Tacuchian.

Segundo Turíbio Santos, sob o aspecto educacional, Villa-Lobos também era um revolucionário. “Ele viu, antes de todo mundo, a impor-

tância do ensino da música. Não apenas para o nosso país, mas para qualquer ser humano. Hoje, a música é uma das riquezas que a gente mais exporta. Talvez o produto brasileiro mais vendido pelo mundo”, afirma o músico.

As comemorações pelo quinquagésimo ano de morte marcadas por inúmeros concertos e visitas à obra do compositor comprovam a vitalidade do maestro na cultura nacional e no repertório internacional. Assim como o alemão Johann Sebastian Bach que lhe inspira as famosas “Bachianas Brasileiras”, Villa-Lobos manifesta-se como patrimônio universal. “Não conheço nenhum artista erudito ou popular que seja tão reconhecido. O Itamaraty nem precisa se preocupar em homenageá-lo, porque as orquestras espontaneamente já se organizam para executar a sua música”, constata Tacuchian, recordando que a linguagem desconcertante do compositor deixava os europeus boquiabertos e certos de que estavam diante de um gênio. “Até um pouco arrogante, Villa-Lobos afirmava: não vim aqui para aprender, mas para ensinar.”

Lota de Macedo Soares

Uma mulher de

Contrastes

Contrastes

Aline Durães

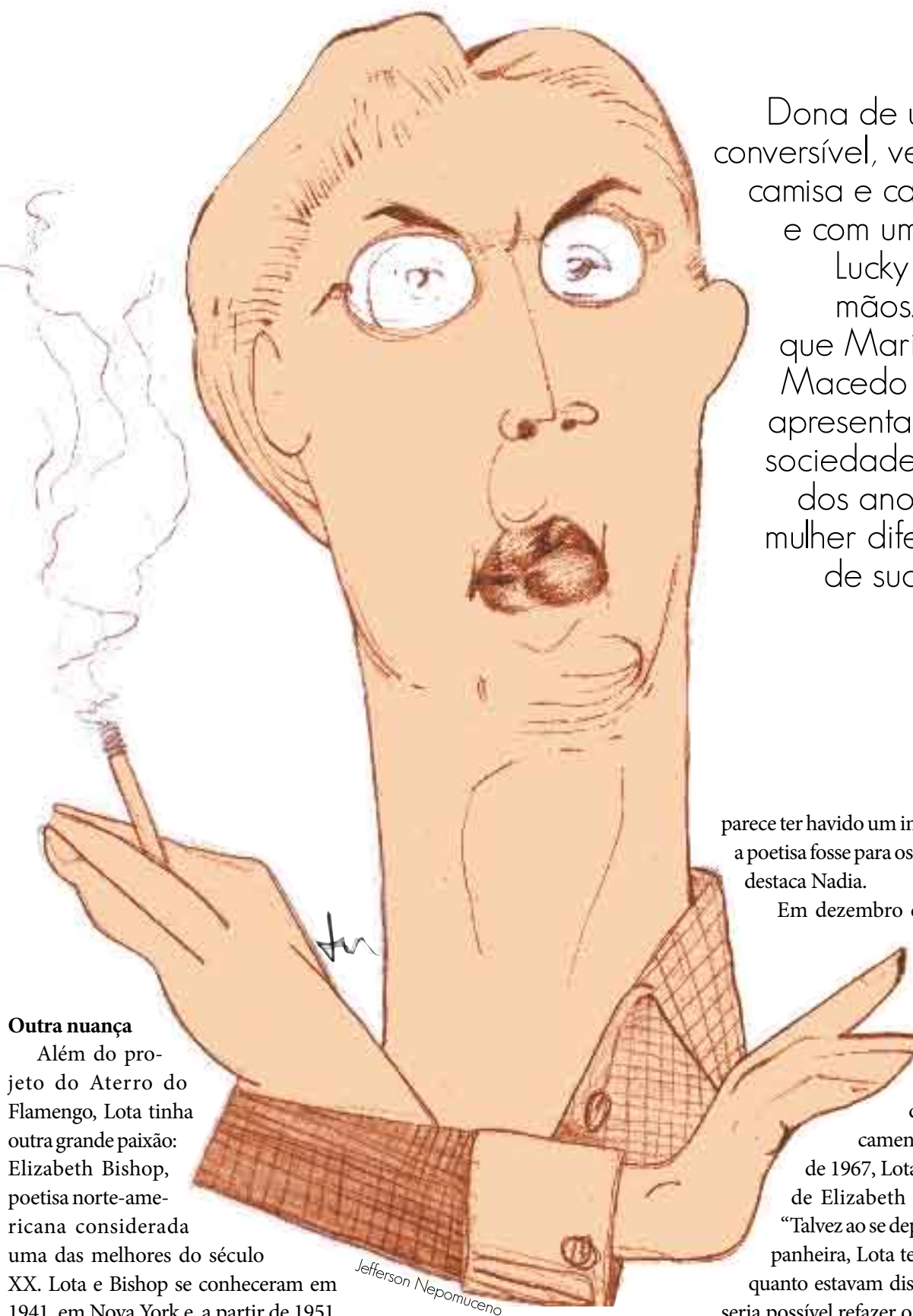
Lota, como ficou conhecida, entrou para a história da cidade do Rio de Janeiro por ter sido a idealizadora e uma das principais executoras do projeto do Aterro do Flamengo, originalmente chamado de parque Brigadeiro Eduardo Gomes.

Embora não fosse arquiteta ou paisagista, Lota conseguiu transformar uma antiga aspiração da administração da cidade em realidade. O conceito inicial, parte do projeto de urbanização do Plano Agache, realizado entre 1927 e 1930, previa a construção de um corredor viário com quatro pistas de rolamento. Graças a Lota, no entanto, a idéia foi além.

Quando foi inaugurado em 12 de outubro de 1965, o Aterro se constituía em um parque verde de 1.200 km², à beira-mar, com apenas duas vias para circulação de veículos, edificado sobre o mar com o entulho do desmonte de parte do Morro de Santo Antônio. Incorporou-se à paisagem carioca e, ao combinar natureza e construção humana, rapidamente se tornou um marco da cidade.

Foi Carlos Lacerda, então governador do recém-criado Estado da Guanabara, que, em 1961, nomeou Lota Macedo Soares para coordenar a equipe responsável pelas obras do Aterro. Amiga de Lacerda, Lota possuía conhecimentos de Arquitetura e Urbanismo e sensibilidade estética imprescindíveis para o sucesso do projeto. “Sem Lota o Parque do Flamengo não teria sido executado, pois fora sua idealizadora, em um governo democrático e com o trabalho de uma equipe visionária e competente. O interesse de Lota era dotar a cidade de um parque que é um verdadeiro elemento de planejamento urbano e que funciona, ainda hoje, como grande eixo viário entre o Centro e a Zona Sul”, pontua Olívio Coelho, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da UFRJ.

Sob o seu comando estavam renomados profissionais, entre eles o paisagista Roberto Burle Marx, com quem Lota teve problemas de relacionamento. Burle Marx chegou a promover uma campanha de difamação pública contra Lota, publicando artigos em jornais nos quais a acusava de prepotência nas decisões e de ser beneficiada por sua amizade com Carlos Lacerda.

**Outra nuança**

Além do projeto do Aterro do Flamengo, Lota tinha outra grande paixão: Elizabeth Bishop, poetisa norte-americana considerada uma das melhores do século XX. Lota e Bishop se conheceram em 1941, em Nova York e, a partir de 1951, viveram um romance por 16 anos.

Provavelmente, o fato de Lota pertencer à elite carioca atenuou o preconceito diante de sua orientação sexual. “As mulheres desse segmento social que viviam fora dos padrões femininos tradicionais eram percebidas como exóticas ou excêntricas”, sublinha Nadia Nogueira, autora do livro *Invenções de si em história de amor: Lota & Bishop*, da editora Apicuri.

O período em que conviveu com Lota coincidiu com o mais frutífero da carreira poética de Elizabeth. A relação entre as duas era marcada por intensa

cumplicidade, o que proporcionou certa estabilidade para a produção artística da norte-americana.

A partir de 1965, entretanto, o relacionamento entra em declínio. A dedicação de Lota ao projeto do Parque do Flamengo acabou por afastá-la de Bishop, que volta a ter crises com o álcool e com sua produção poética. Além disso, com o fim do governo Lacerda, Lota é afastada das obras e começa a apresentar graves problemas emocionais. “Nesse período, os médicos consideravam que a impotência de Lota diante da fragilidade de Bishop fazia agravar sua saúde, por isso

Dona de um Jaguar conversível, vestida com camisa e calça largas e com um maço de Lucky Strike nas mãos. Era assim que Maria Carlota Macedo Soares se apresentava para a sociedade brasileira dos anos 60. Uma mulher diferente das de sua geração.

parece ter havido um incentivo para que a poetisa fosse para os Estados Unidos”, destaca Nadia.

Em dezembro de 1966, Bishop

vai lecionar em Seattle e deixa no Brasil uma

Lota muito debilitada,

tanto física quanto psicológica-

mente. Em setembro de 1967, Lota vai ao encontro

de Elizabeth em Nova York. “Talvez ao se deparar com a companheira, Lota tenha percebido o

quanto estavam distantes e que não seria possível refazer o percurso, modi-

ficar os acontecimentos. Talvez, tenha decidido pelo seu próprio fim previamente,

antes mesmo de viajar”, pondera Nadia Nogueira.

No dia seguinte ao encontro, Maria Carlota Macedo Soares é encontrada morta com um vidro de tranquilizantes ao seu lado.

Forte, frágil. Decidida, insegura. Combativa, amedrontada. Como muitas mulheres brasileiras, Lota carregou em si um mundo de contradições. Em um dado momento, elas ficaram pesadas demais, mas isso não apaga a admiração que sua trajetória de vida encerra.